PRODUÇÃO BNDES

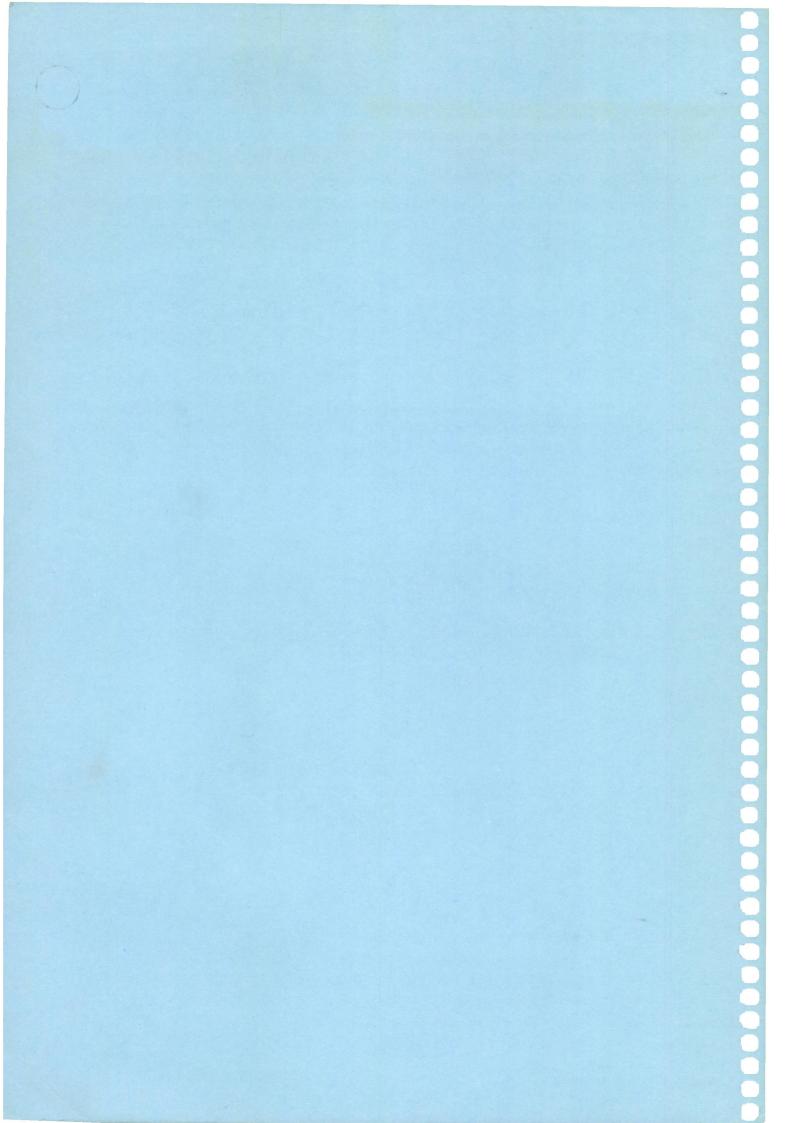
N. cham.: BNDES/PR ES/ECONOMIA

Autor: Banco Nacional do Desenvolvime Título: Cofinde-México.



BNDES/PR ES/ECONOMIA NACIONAL 1480

COFINDE-MÉXICO (INCLUI O TRABALHO: DESEN-VOLVIMENTO BRASILEIRO E A AÇÃO DO BNDE)



ESTUDOS SETORIAIS
(EQ. (EQ. (A))
ECONOMIA HACTONAL
1480

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - D. A. BIBLIOTECA

BN BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

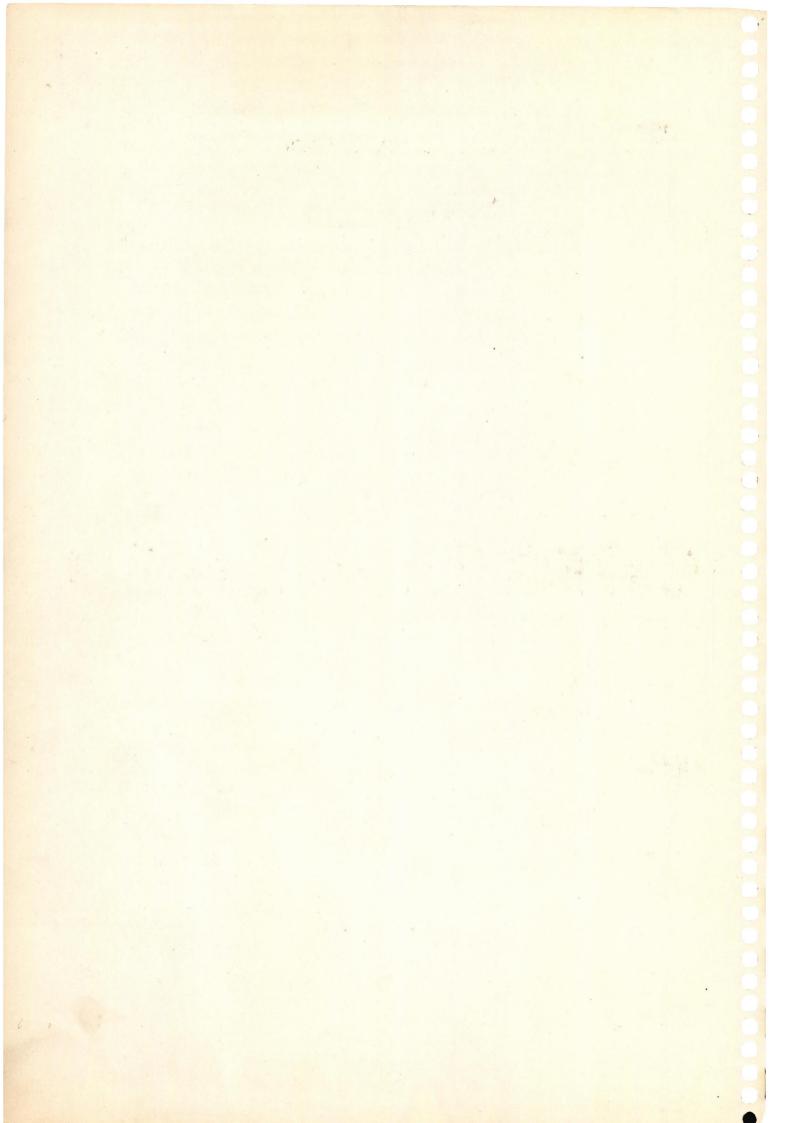
BRASIL

COFINDE-MÉXICO

BURGIPP ON A DACIONARY

1975

BNDES AARH/DEFAC/COPED Centro de Pesquisa de Informações e Dados





BNDE

Av. Rio Branco, 53 20.000 Rio de Janeiro-GB Telex 031396

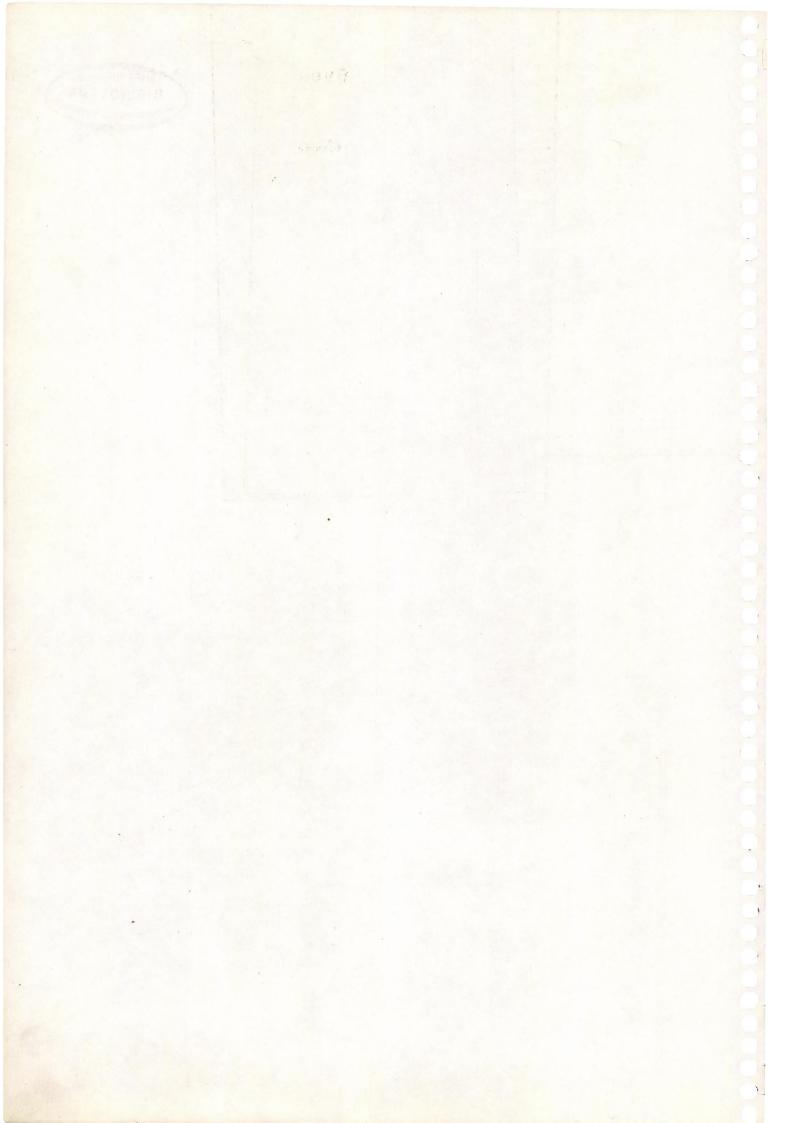
Representação no Distrito Federal

Setor Bancário Sul 70.000 - Brasília - DF Telex 041196

Escritório em São Paulo Av. São Luiz, 50-25º andar 01046 São Paulo - SP Telex 021385

Escritório em Recife Rua Riachuelo, 105-4º andar 50.000 Recife - PE

Representação em Washington 3006, Massachussets Ave N.W. 20008 Washington, D.C.



DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

E A AÇÃO DO BNDE

BNDE ACST - AP N. REG. \$5.1480 DATA: ADM 2181

1 - INTRODUÇÃO

A evolução da economia brasileira durante o século XX apresenta, de maneira inequívoca, tres fases distintas, quando analisada sob o aspecto de suas relações com o resto do mundo. A primeira fase, que se estendeu até 1930, carac terizou-se por um crescimento "para fora" visto que o setor dinâmico da economia era o exportador de matérias-primas de origem agrícola. Já na segunda, que foi provocada pela de pressão dos anos 30 e dinamizada pela II Guerra Mundial, e que findou ao iniciar-se a década de 60, o crescimento vol tou-se "para dentro" sendo a econômia dinamizada pela indus trialização, através da adoção de um processo substitutivo de importação. A última fase, iniciada no decênio mostrou a economia crescendo novamente "para fora" pela in tegração maior com o exterior não só através dos incentivos à exportação, como também da utilização mais intensa dos ca pitais estrangeiros.

As alterações estruturais da economia brasileira provocadas pelas passagens de uma fase à outra de crescimento e a influência da atuação do BNDE na evolução desse sistema serão analisadas nas partes que se seguem.

2 - O PRIMEIRO ESTÁGIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO (1930/1962)

A crise mundial de 1929 assumiu características dra máticas para o comércio exterior tradicional do Brasil, co locando em marcha uma série de processos que atuaram no sen tido da industrialização da econômia brasileira.

A depressão reduziu a capacidade de importar do País, ao mesmo tempo em que uma política interna tendente a manter o nível de renda e de emprego era adotada. Nessas circunstâncias, a uma renda nominal relativamente inalterada,

1 ø

contrapôs-se uma menor oferta de bens de consumo, regularmente supridos pela produção externa. Destarde o complexo produtivo nacional foi pressionado para atender à demanda doméstica, com reflexos sensíveis no surgimento de indústrias competitivas com importações.

Assim, pode-se afirmar que a industrialização brasileira começou a tomar impeto a partir dos anos 30, iniciando-se o processo substitutivo de importações de bens manufaturados e o crescimento "para dentro" da economia.

Em consequência da expansão industrial então deflagrada, o produto do setor secundário brasileiro aumentou em cerca de 140% entre 1930 e 1939, o que demonstra a efetiva transição de uma economia agroexportadora para uma industrializante.

Entretanto, a aceleração do processo substitutivo foi redinamizado exatamente em outra época de conjuntura internacional conturbada: o suprimento de bens manufaturados e matérias-primas no mercado internacional pelos países economicamente adiantados se viu interrompido pela contingência destas nações em aplicar seus recursos no esforço bélico no período 1939/1945. Novamente privado de poder importar determinados produtos, o País passou a ser abastecido pela produção interna, o que forçou o surgimento de novas atividades industriais.

Com suas bases lançadas, o setor manufatureiro passou a se constituir no setor dinâmico da economia, sofrendo modificações estruturais bastante significativas. Na década de 50 o crescimento da oferta interna foi de 77%(6,0% a.a.) enquanto que a externa alcançou 39%(3,3% a.a.). Destaque-se que a importação de gêneros alimentícios, e o consumo total aumentaram respectivamente em 30% e 68% e a importação de

bens de consumo descresceu em 58%. Destaque-se também que face ao crescimento de 41% da importação de equipamentos e de 85% da de matérias-primas, a Produção industrial apresentou um incremento de 144% o que representa a média de 9,3% a.a. Digno de realce é o fato de que, ao tomarmos 1949 como índice de base, nota-se que o setor agrícola, anteriormente o dinâmico da econômia brasileira, cresceu 54% no período 50-60, enquanto o manufatureiro atingia a cifra de 135% de crescimento em idêntico período.

A apreciação desses dados permite constatar o término do período histórico em que a atividade agro- exportadora era a fundamental para o crescimento econômico do País, e a influência na estrutura brasileira do acelerado processo de industrialização, através da produção interna de bens de consumo.

Vale notar que nessa época encontrava-se a Nação ma is amadurecida para a dinamização da industrialização que, não obstante apoiar-se fundamentalmente no empresário, agen te motriz do processo, dependeu paralelamente da ação do Estado, não só como captador de recursos, como também de plane jador do desenvolvimento.

A partir do momento em que o processo de industrialização tomou impeto e apresentou-se como opção viável para servir de mola propulsora ao desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, o Governo não mais deixou de impulsioná-lo, apoiá-lo e fortalecê-lo, graças a uma política flexível de "divisão de tarefas" entre o setor público (que se encarregou de implantar e desenvolver a infra-estrutura necessária a criar as indústrias "industrializantes"), e o setor privado (que se incumbiu de montar o parque industrial brasileiro). O incentivo governamental a este setor desenvolveu-se atra vés de medidas de proteção do mercado interno e de apoio e

financiamento às atividades produtivas.

O ano de 1952 marcou o início de um apoio mais efetivo do Estado na economia. De fato, o crescimento de alguns setores viu-se retartado pela insuficiência de uma infra-estrutura adequada notadamente energia elétrica e transportes.

Ciente dessas dificuldades e da necessidade de dotar a economia brasileira de melhores instrumentos de fomento, o Governo brasileiro em 1950, iniciou conversações com o Gover no norte-americano visando a instituição de uma Comissão Mis ta Brasil-Estados Unidos de desenvolvimento econômico, qual ficaria responsável pelo preparo de relatórios às autoridades de ambos os países formulando recomendações necessárias à concretização de projetos que contribuissem para crescimento econômico do Brasil, Constituída a Comissão, tratou-se de provê-la com os fundos necessários para a execução dos programas que estipulasse, o que foi conseguido com a co laboração do BIRD e do EXIMBANK. Uma vez assegurada a obtenção de recursos externos, o Governo Federal iniciou a captação de recursos internos que se efetivou pelo lançamento de um empréstimo compulsório, que seria cobrado através do pagamento de um adicional ao Imposto de Renda, cuja receita, ficou vinculada ao fundo destinado a atender os projetos integrassem o Programa de Reaparelhamento Econômico.

Estabelecidas as providências relativas à organiza - ção da infra-estrutura financeira, foi necessário insti-tuir um organismo que administrasse os recursos mobiliza dos internamente. Destarte, sancionou-se a Lei nº 1628, de 1952, que criou o BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMI-CO, sujeito à jurisdição do Ministério da Fazenda. O BNDE ea Co

missão Mista constituiram-se, assim, nos dois organismos que, conjuntamente, coordenariam o esforço nacional de reaparelha mento econômico. Este último, entretanto, não teve vida longa, sendo em 1953 dissolvido devido ao corte do auxilio externo efetuado pelos E.U.A.

O BNDE passou a ser, desde então, um dos principais instrumento de execução da política de investimentos do Governo Federal. A ação do fomento exercida pela Banco se bem que sempre bastante diversificada setorialmente, teve "con centrações" bem nítidas em diferentes períodos, que se resumiram como segue:

- a) 1952/1956 infra-estrutura, principalmente reaparelhamento ferroviário;
- b) 1957/1963 energia elétrica e siderurgia;
- c) 1964/1973 indústria básica e diversificação dos sistemas de apoio à empresa nacional.

Entre 1952 e 1964 os investimentos do BNDE nos setores de siderurgia, energia elétrica e transporte ferroviário representaram, respectivamente, 32,7, 29,8% e 20,5% do montante total das operações de crédito efetivadas. Importa notar que a ação do Banco, enquanto o crescimento da economia orientou-se "para dentro", foi no sentido de dotá-la de infra-estrutura para que o País se desenvolvesse sem maiores empecilhos.

3 - O SEGUNDO ESTÁGIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO (1963/1973)

No início dos anos 60, todavia, tornou-se evidente que o esforço maciço de substituição principalmente de bens de consumo duráveis observado na década de 50, por si só não era suficiente para a manutenção de altas taxas de crescimento tais como observadas no período anterior. Para a sua con-

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

tinuidade faziam-se necessárias mudanças nas estruturas finam ceiras, de consumo, de controle monetário, etc. Por motivos vários tais alterações não foram efetivadas a tempo e a economia da Nação, por isso, entrou em um período de relativa es tagnação principalmente entre 1962 e 1965. Nesse intervalo o Produto Interno Bruto cresceu tão somente 3,1% no ano, sendo que em 1963 o índice registrado foi de 1,5%. As taxas de in flação, que vinham sendo mantidas a níveis suportáveis, atim giu índices recordes - 91,9% em 1964 - passando a contribuir decisivamente para o deterioramento da econômia. A própria in dústria, que havia se tornado o setor dinâmico teve seu crescimento bastante desacelerado, sendo que, contra a taxa incremental observada em 1961 de 10,6% a de 1963 atingiu tão somen te 0,2%.

A esse período de indefinição, provocado pelo esgota mento das possibilidades de continuidade do processo substitutivo se mantidas as condições até então vigentes, seguiu-se um outro de redinamização do crescimento econômico brasileiro, notadamente a partir dos meados da década passada.

Para tal redinamização fazia-se mister a adoção de medidas, o mais objetivas possíveis, tendo em vista assegurar:

- a) a expansão do mercado consumidor interno, para que fossem redinamizados os níveis de vendas dos seto res produtivos;
- b) a contenção da espiral inflacionária na medida em

 que se fazia necessário salvaguardar o poder aqui
 sitivo da população;
- c) o fortalecimento do sistema financeiro nacional, setor, essencial para o desenvolvimento do País; e
- d) a captação de poupanças, tanto internas quanto externas, que assegurassem o ritmo de expansão dos investimentos produtivos da econômia nacional.

A estratégia adotada pelo Governo nesse período orientou-se no sentido de atingir os objetivos acima descritos, o que se efetivou mediante a utilização de instrumentos tradicionalmente utilizados: políticas cambial, fiscal, creditícia e salarial. Mais ainda, reinicou o processo de crescimento "para fora" da economia, através de fomentos à exportação.

Cabe aqui destacar que o incentivo à exportação de produtos industriais visou a aliviar os setores produtivos e que enfretavam insuficiências de demanda. Tais insuficiências eram de natureza tanto conjuntural como estrutural. Essas manifestavam-se nas indústrias onde a tecnologia exigia uma escala de produção superior as dimensões do mercado e, aquelas, principalmente nos setores tradicionais cujo crescimento superava o do seu mercado consumidor.

Entretanto, não somente medidas de política econômico -social foram tomadas pelo Governo Brasileiro mas também a própria atuação modificou-se e diversificou-se. A criação de diversos órgãos, tanto executivos, como planejadores de políticas, em especial do Ministério do Planejamento, em 1964, de monstrou a efetiva preocupação dos dirigentes nacionais em orientar e planejar o desenvolvimento, que estaria, assim menos sujeito às crises e depressões. O Estado desemperou, também, importante papel complementar e paralelo ao do setor privado, investindo na infra-estrutura física, nos recursos humanos (a fim de ampliar a oferta de quadros e pessoal profissional) e nas indústrias com baixa rotação de capital.

A atuação do Governo Brasileiro, entretanto, não se limitou a isso, Convencido de que o crescimento é função direta do volume de investimentos e de que o aporte de recursos in ternos não era suficiente para a obtenção de altas taxas de incremento do PIB, procurou buscar no exterior os recursos requeridos

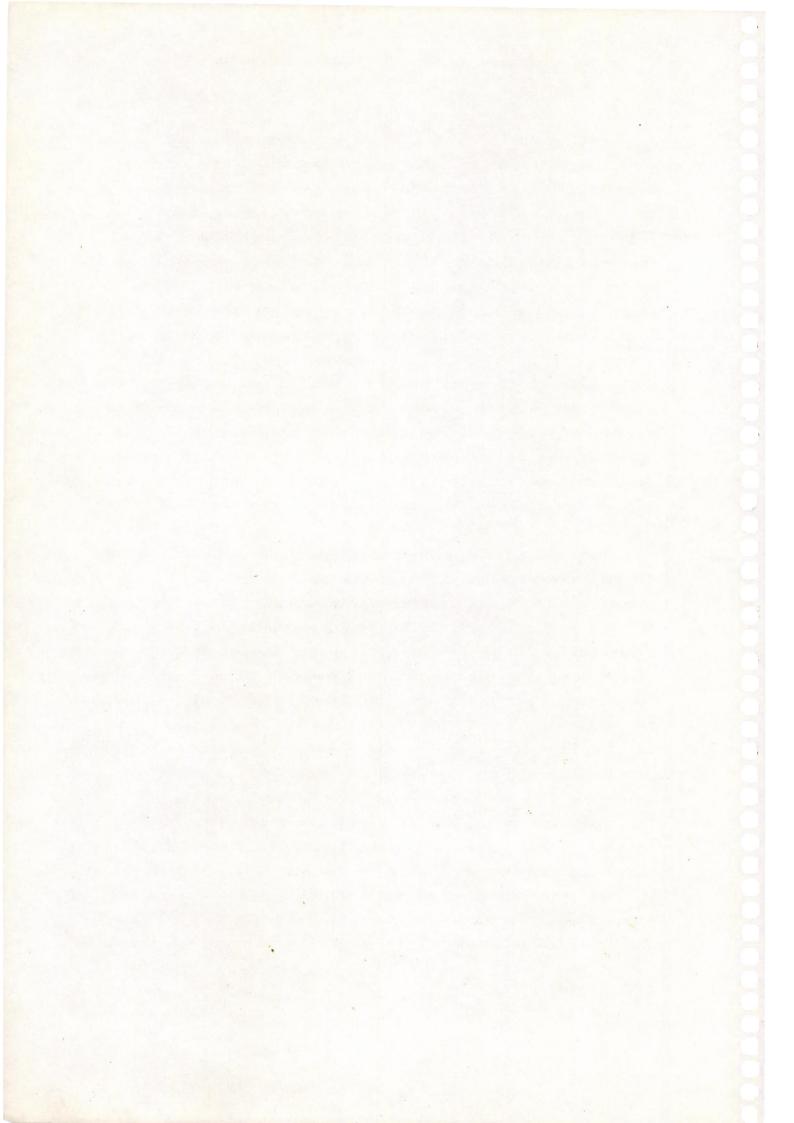
F

para tal. A política governamental então implementada procurou atrair grandes empresas estrangeiras e fomentar a exportação das subsidiárias destas já instaladas no País, concomitantemente à receptividade aos investimentos externos indiretos, ou se ja, sob a forma de financiamento e/ou capital de risco. A importância assumida pelas inversões oriundas do exterior foi tamanha que a entrada líquida de capitais que, em 1965, situavase em torno de US\$368 milhões, saltou para cerca de US\$1.630 milhões em 1973, significando um acréscimo de 343%.

Inserida nesse contexto não só a atuação do BNDE foi também alterada, já que havia sido delegado a outras entidades governamentais o esforço de continuidade da implantação e de incentivo ao crescimento dos setores infra-estruturais, como também a indústria brasileira, face à sua própria nova magnitude, passou a necessitar do auxílio e orientação do Governo.

Isto se efetivou através da diversificação da ação de fomento exercida pelo Banco, mediante a criação de fundos tais como o FIPEME - Financiamento a Pequena e Média Empresa e FUN-TEC - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico, e de uma sub sidiária, a FINAME - Agência Especial de Desenvolvimento, destinada a apoiar, juntamente com o FRE - Fundo de Reaparelhamen to Econômico, o processo de redinamização da economia brasilei ra, Destarte, o BNDE passaria a desempenhar o papel de instituição impar de fomento e apoio às atividades que ensejavam o desenvolvimento do País.

A efetiva diversificação nas aplicações do Banco é demonstrada pelo acréscimo da participação das operações destina
das às indústrias de transformação que não a siderurgia, que, se
em 1964 representavam 7% das aplicações globais, em 1973 passa
ram a 72%, além do que os serviços de utilidade pública (energia elétrica e transporte) e o setor siderúrgico tiveram uma

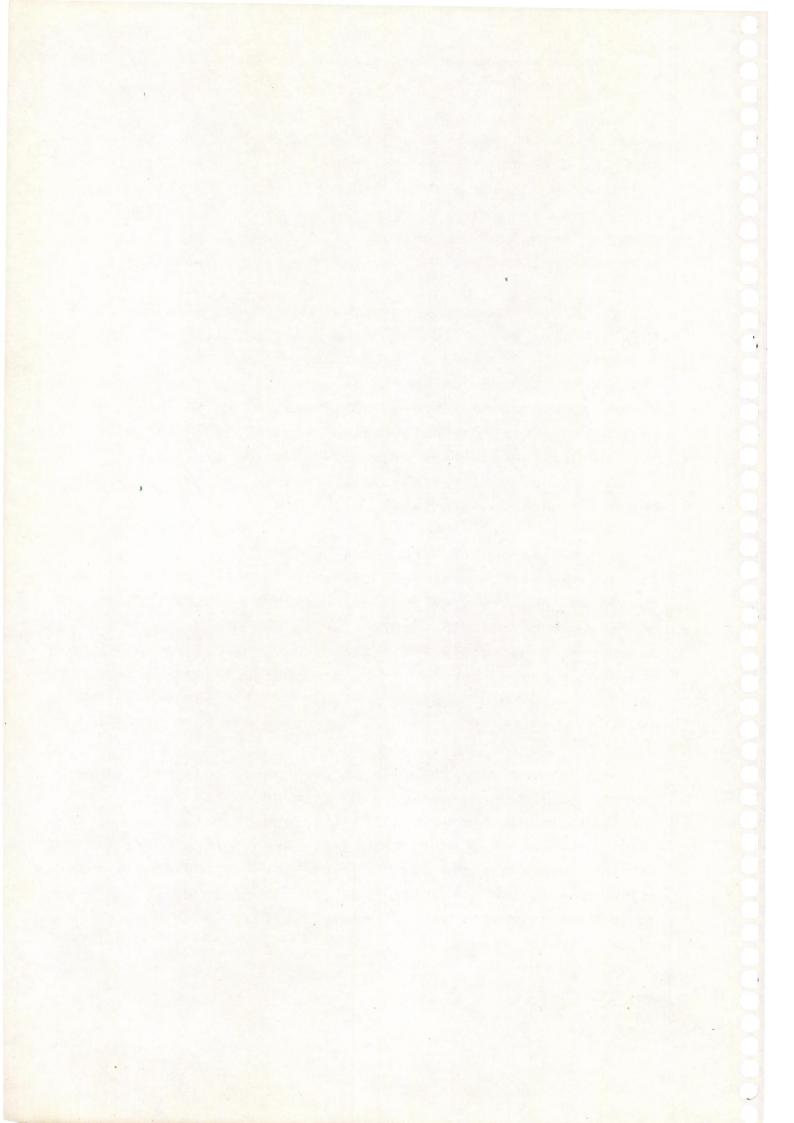


queda na participação de 92% para 11% em igual período. Vale no tar, que além do alargamento sistemático da diversificação das modalidades operacionais do BNDE observado após 1964, suas fontes de recursos também o foram, o que provocou substancial incremento no volume das aplicações que, medido em termos reais, chegou a ser, em 1973, oito vezes superior ao verificado em 1964.

O equacionamento dos problemas da economia brasileira e a pronta ação no sentido de resolve-los permitiu que nos anos posteriores à recessão e, sobretudo, a partir de 1968 o setor secundário, através da adoção de um modelo de consumo de bens duráveis, não só mediante à implantação de novas indústrias, co mo também da utilização intensiva da capacidade produtiva instalada na década anterior, crescesse de forma explosiva. Crescimento este que teve reflexos sumamente favoráveis ao Projeto Global de Desenvolvimento da Nação.

O desempenho da economia nacional a partir desse ano foi tal que atraiu a atenção dos observadores, tanto nacionais quanto estrangeiros. Os índices de crescimento, principalmente o do PIB, que entre 1968 e 1973 atingiu a média de 10,3% ao ano, superaram os obtidos pelos países que vinham se destacando pela rapidez de seu desenvolvimento. A renda per capita saltou de US\$433 para US\$610 no mesmo período, significando um acréscimo de 41%.

Fato de suma importância para a economia foi a abertura externa observada nessa época. O fato de que as exportações tenham sido incrementadas em 238% é acrescido pelo desempenho das vendas externas de manufaturas que, se em 1968 atingem US\$380,5 milhões, representando 20,8% do total, em 1973 alcançou US\$1941 milhões, passando a significar 31,3%, permitindo-se, com isso, que o Brasil ingressasse no rol dos países exportadores de produtos industrializados.



O crescimento acelerado do setor secundário durante as tres últimas décadas, se, por um lado, trouxe beneficios tangíveis e evidentes para a Nação, por outro colocou em par ticular evidência uma série de desbalanceamentos estruturais, agravados, sobremaneira, pela crise que afetou o mundo no de senrolar do ano passado.

4 - A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA (1974)

1974, sob diversos aspectos, foi um ano atípico no que se refere ao crescimento econômico do País. A especificidade desse período se caracteriza pelas novas prioridades estabelecidas pelo Governo Federal, a partir de março passado, em consequência da repercussão sobre o Projeto Global de Desenvolvimento brasileiro de modificações, sejam repentinas, sejam de longa gestação, que ocorreram no sistema econômico do País como em suas relações do Brasil com outros países.

Estas modificações dividem-se em dois grandes grupos: as de origem exógena, provocadas por modificações súbitas do preço de certas matérias-primas não renováveis intercambia - das no mercado mundial, e importadas pelo Brasil; e as de origem endógena, decorrentes não só da natureza do modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado num esforço crucial de substituição de importações, bem como dos elevados índices de crescimento da economia nacional.

4.1 - OS FATORES EXÓGENOS

O ano que findou representou, para as economias ocidentais um ano "chave": o da crise das matérias-primas não re nováveis. O elemento que a desencadeuou com suas subsequentes repercussões sobre o balanço de pagamentos de países indus trializados e do Terceiro Mundo e sobre a taxa de inflação que vem desbalanceando o sistema financeiro internacional as

sentado sobre o padrão-dolar, foi a decisão dos países produtores de petróleo de aumentar súbita e expressivamente o preço do óleo bruto. O fenômeno desencadeou uma alta generalizada no preço de outros insumos básicos escassos para o Brasil como os produtos petroquímicos e fertilizantes, o carvão, o cobre e a celulose.

O país que se coloca numa posição intermediária, entre os países que pouco dependem das importações de petróleo e os que dela dependem expressivamente, pois são presentemente importados 40% das suas fontes de geração energética, dispendeu, em 1973, US\$ 905 milhões de dólares com a importação do óleo bruto e de seus derivados. Em 1974 o aumento foi expressivo pois foram gastos US\$2.800 milhões de dólares com a compra, no exterior, dos mesmos itens.

Tal incremento, por si só, identifica-se como fator de desequilíbrio do balanço de pagamentos do Brasil, desequilibrio que se exacerba se levado em conta que as importações de máquinas, equipamentos e componentes vem crescendo rapidamente nos últimos anos, reflexo direto do contínuo crescimento e diversificação do parque industrial do País. De fato, se gundo as previsões da CACEX, as importações de máquinas e equipamentos que se elevaram a US\$4.683 milhões de dólares em 1974 (Importações autorizadas).

Estas cifras adquirem importância crucial quando se observa que no decorrer de 1973 o Brasil exportou US\$6.198 mi lhões de dólares FOB, e em 1974, segundo dados preliminares as exportações atingiam a US\$7.968 milhões FOB.

Ciente dessas dificuldades, o Governo Federal no

٠

N. .

transcurso de 1974 - elaborou o II PLANO NACIONAL DE DESENVOL-VIMENTO que, de certa forma, representa um esforço de redefinir as prioridades e as metas de desenvolvimento sócio-econômico do País, dado que o quadro internacional modificou-se expressi vamente, repercutindo diretamente sobre a situação econômica brasileira.

O modelo de crescimento acelerado da economia brasilei ra, se define como o de "adensamento e diversificação das trodas inter-industriais", e tem por objetivos a integração verti cal dos diversos setores do ramo das manufaturas e a integra ção horizontal do setor secundário da economia, pressupõe um esforço crucial de substituição das importações.

Ao examinar-se a pauta de importações brasileiras nota-se que, além do petróleo, o País importa produtos que podem ser catalogados em dois grandes itens: os insumos básicos e os bens de capital.

Os insumos básicos (minerais e minérios, produtos siderúrgicos, fundidos e forjados pesados, produtos metalúrgicos não ferrosos, produtos químicos e petroquímicos, fertilizantes, celulose, papel e cimento) são essenciais em termos de estratégia de desenvolvimento econômico, pois de sua produção em escala suficiente decorrem os seguintes efeitos:

- Atendimento da demanda interna de produtos básicos de larga utilização em todos os demais setores da economia, cuja escassez pode gerar estrangulamento de gravez consequências para a continuidade do processo de desenvolvimento.
- Efeitos multiplicadores p/a frente, na medida em que a ofer

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ta abundante de insumos de larga utilização gera grande núme ro de oportunidades de novos investimentos, baseados na sua transformação. Efeitos multiplicadores para trás devem tam bém ser considerados, pela importância que podem ter sobre a indústria nacional de equipamentos, e sobre o aproveitamento de recursos naturais disponíveis.

- Efeitos catalisadores importantes no processo de geração de rendas e acumulação de capitais, decorrentes das grandes di mensões desses empreendimentos básicos e da rentabilidade mé dia das empresas.

Por outro lado, ocorre recordar que o processo de in dustrialização foi apoiado, em seu período inicial, sobre a su bstituição das importações de bens de consumo e posteriormente de bens intermediários, fato que permitiu, da década de 50 para cá, uma considerável econômia de divisas e modificações estruturais na pauta das importações brasileiras.

Desde então, a ampliação da base industrial vem criamo do um mercado interno e uma demanda cada vez mais intensas no que se refere aos bens de equipamento e de capital, ressentindo-se a econômia da falta de uma oferta interna adequada:

Nessas condições, a complementação do processo de in dustrialização, com a integração vertical do parque industrial brasileiro e a eliminação ou atenuação de um desequilíbrio evidente marcado pela deficiência dos segmentos "pesados" da indús tria de equipamentos, passa a constituir um objetivo crucial para a continuidade do desenvolvimento econômico do País.

A necessidade de ampliar e desenvolver a produção de equipamentos básicos, através da redinamização do processo de su bstituição de importações nesta nova faixa, tornando-a apta a su prir o mercado nacional com bens de capital tecnologicamente com

plexos, é o fator explicativo da prioridade atualmente confer<u>i</u> da ao setor pelo BNDE.

Este caminho exige, obrigatoriamente, o domínio de uma tecnologia especializada e até o presente em grande parte im portada, compreendendo engenharia de produto, de projeto e de processo, e técnicas específicas de fabricação de equipamentos modernos (máquinas para fabricar máquinas e máquinas para fabricar produtos acabados), em crescente demanda por um setor industrial em maturação rápida e constante, como o brasileiro. A su bstituição de "tecnologia", ou seja, a fabricação nacional de equipamentos básicos incorporando novas técnicas, permitirá igu almente a futura exportação deste bem, uma vez suprida a demanda nacional.

Além disso, nota-se que o setor industrial "pesado" produtos de bens de equipamento, é dos que oferecem melhores oportunidades para mobilização de poupanças e realização de investimentos, tornando-se assim um polo de liderança tanto no que se refere à expansão da renda como à acumulação de capitais.

Desta forma, o BNDE, em 1974, em consonância com os objetivos primeiros da Política Econômica Nacional, atuou decisivamente com a finalidade precípua de substituir as importações de insumos básicos e de equipamentos, máquinas e componentes. Para tanto, além dos programas estabelecidos no 1º PLANO QUINQUENAL DE AÇÃO DO BNDE (1974-1978) que contemplam os setores acima mencionados, foram criadas duas empresas subsidiárias, a EMBRAMEC-Mecânica Brasileira S.A. e a FIBASE-Insumos Básicos S.A., Financiamento e Participação - instrumentos suplementares de apoio à empresa nacional em seu esforço de substituição de importações.

Ambas as empresas objetivam apoiar os empreendimentos liderados pelo setor privado em que se fizer necessário o ápor

.

te de maior volume de capital de risco, para que se formem níveis adequados de produção interna de insumos básicos e de bens de capital.

Assim, a FIBASE aplicará recursos visando ao aumento da capacidade produtiva nacional de fertilizantes, metais não ferrosos, papel e celulose, e produtos de quimica orgânica e inorgânica, enquanto que a EMBRAMEC selecionou três áreas para o desenvolvimento de sua ação: projetos básicos (para produção de equipamentos para siderúrgia, transporte pesado, mineração, etc), projetos especiais (desde os destinados à exportação até os de desenvolvimento de engenharia básica de processos e produtos) e demais projetos (como ós de indústria gráfica e alimentação).

Neste ponto, convém fazer algumas observações a peito das relações intrínsecas que unem desenvolvimento tecnoló gico e indústrias de bens de capital. Já que a introdução de no vas técnicas no sistema produtivo se dá através da produção bens que incorporam estes conhecimentos, é a indústria de bens de capital que enseja a existência concreta do progresso lógico incorporada a novos produtos pela dinamização das dades de "engineering". Cabe destacar que, sem a etapa obrigató ria de "engineering", as atividades de pesquisa fundamental de desenvolvimento permanecem enclausuradas na esfera científica sem aplicação prática. Na falta de uma indústria dinâmica bens de capital, restringem-se as possibilidades de serem espe cificados os bens a serem produzidos de acordo com as necessida des locais; e, quando estes são importados, reduz-se mente a possibilidade de diálogo entre usuários e fabricantes de equipamentos.

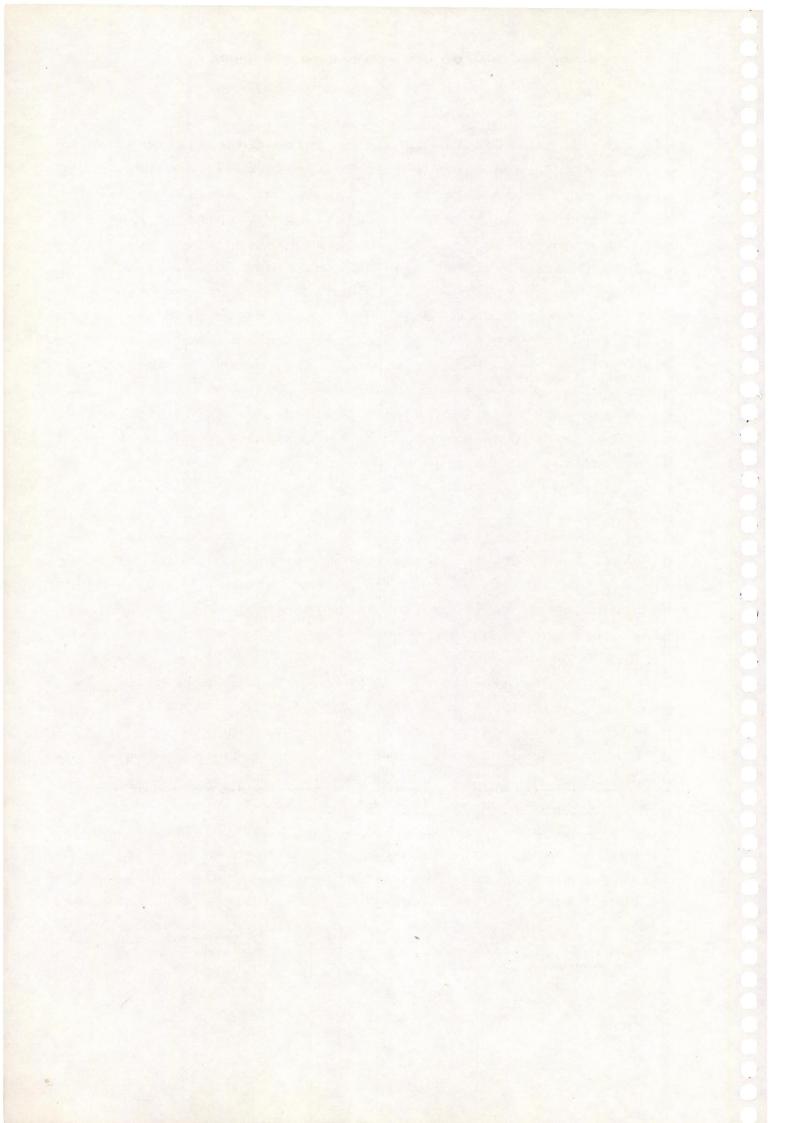
A indústria de equipamentos não só atua na incorporação do progresso técnico, mas também é elemento imprescindível para sua difusão graças à posição estratégica que usufrui atra

vés de suas ligações funcionais com o resto do sistema econômico. Sendo a fornecedora de meios de produção às demais indústrias e aos outros setores da econômia, ela recolhe as solicitações de inovação em seus produtos, provenientes de todas es sas fontes e, ao incorporar o progresso tecnológico em seus produtos, difunde-o por todos os seus compradores.

Levando-se me conta que a taxa de crescimento de um sistema industrial é, em grande parte, condicionada pela capa cidade do setor de bens de capital de fornecer os equipamentos necessários ao aumento da produção, e fazendo-se abstração das relações com o exterior, a possibilidade física de expansão do sistema é viável apenas a partir do instante em que a capacida de produtiva da indústria de bens de capital é superior às ne cessidades de reposição do setor secundário.

Convém, igualmente, ressaltar que a indústria de bens de capital confere ao espaço econômico nacional um maior con trole sobre seus meios produtivos, permitindo a continuidade de processo de acumulação com relativa independência dos ciclos econômicos e decisões políticas externas.

O desenvolvimento da massa crítica de recursos huma nos especializados e capazes de impulsionar a capacitação tec nológica das empresas nacionais é, há dez anos, um dos principais objetivos do Banco, o que se comprova com a existência, desde 1964, do FUNTEC-Fundo de Desenvolvimento Tecnológico. Esse Fundo destinou-se, inicialmente, ao apoio à formação de pessoal, atuando, principalmente, junto às universidades, tanto nos cursos de graduação como nos de pós-graduação. O ano de 1974 representou, entretanto, uma evolução qualitativa da ação do BNDE em prol da tecnologia, já que foi aprovado o novo Regulemento do FUNTEC, ampliando decisivamente o âmbito desse instrumento de política econômica, ao se estabelecer um plano de ação visando à criação, à adaptação e à assimilação da tecnologo.



gia, mediante incentivos às empresas e intercâmbio entre estas e as universidades e institutos de pesquisas, a fim de que se promovam atividades tendentes a promover o desenvolvimento científico e tecnológico, o aperfeiçoamento e a transferência de técnicas, processos e produtos e a absorção e utilização do progresso tecnológico pela econômia nacional.

4.2 - OS FATORES ENDÓGENOS

A redefinição da política econômica promovida pelo Go verno Federal, explicitada tanto no IIº PLANO NACIONAL DE DESEN VOLVIMENTO (como também nas decisões tomadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico) no transcurso de 1974, traduziram-se ao nível do BNDE pela explicitação dos fatores endógenos que poderiam vir, eventualmente, a desacelerar a construção de uma sociedade aberta, moderna e desenvolvida no Brasil, e pelo aper feiçoamento de uma série de mecanismos de apoio econômico que, uma vez em funcionamento, permitirão a consecução dos objetivos maiores.

Tais fatores endógenos e os instrumentos que o BNDE, no âmbito de seus objetivos e linhas de ação, criou para equacioná-los são consequência dos enfoques que o País dá ao conceito de desenvolvimento.

I - O desenvolvimento é função da capacidade de pou par e de re-investir em atividades produtivas o excedente gera do pelas atividades econômicas da Nação. Em outros termos, a fim de criar cada vez maiores oportunidades de trabalho para a população ativa, a fim de se expandir o mercado interno consumidor de bens gerados tanto pelo campo como pela indústria, e a fim de conservar a taxa de crescimento da econômia nos níveis os mais elevados possíveis, é necessário que a formação bruta de capital fixo seja igualmente elevada.

Ciente dessa necessidade e da relevância do papel representado pelo BNDE, como principal instituição de fomento e apoio às atividades econômicas para o impulsionamento do desenvolvimento econômico brasileiro, o Governo Federal decidiu canalizar para o Banco, em 1974, os recursos provindos do PIS - Programa de Integração Social e do PASEP - Programa de Assistência ao Servidor Público, para que o BNDE os administrasse e os aplicasse nos programas estabelecidos no 1º PLA-NO QUINQUENAL DE AÇÃO (1974/1978).

Cabe aqui destacar a significativa importância da utilização, pelo BNDE, das poupanças advindas desses dois Programas. Para o Banco, a aplicação de tais recursos representa o aumento da magnitude da participação de seus investimentos na formação bruta de capital fixo do País, devendo ser superadas as estimativas, contidas em seu Plano de Ação para 74/78, de que, em 1978, dela participaria com 12%. Para a Nação, essa transferência de recursos demonstra de modo expressivo as alterações havidas na política econômica nacional, que atualmente expressa como setores prioritários os de insumos básicos e de bens de capital.

Convém notar, entretanto, que para o BNDE, de conformidade com as diretrizes traçadas pelo Governo Federal, desenvolvimento traduz-se também em:

- a) fortalecimento da empresa privada nacional, força motriz do rápido processo de industrialização;
- b) apoio decidido às pequenas e médias empresas brasileiras; e
- c) em fortalecimento da rede nacional de Bancos de Desenvolvimento, fortalecimento que vai de par com o contínuo aperfeiçoamento dos quadros de técnicos e planejadores utiliza

dos por essas instituições financeiras - agentes do BNDE.

Nesse contexto, foram criados, em 1974, dois novos programas de aplicações no ENDE: o Programa de Operações Conjuntas e os Repasses Programas.

O primeiro objetiva, basicamente, o aumento da produção e/ou produtividade de empresas consideradas como médias ou pequenas, que, devido a sua dimensão, não se incluam nos demais programas do BNDE.

O segundo visa apoiar, mediante linhas de créditos abertas aos Bancos de Desenvolvimento, a expansão da capacidade produtiva, a dinamização de atividades economicamente indicadas por suas localizações e o fortalecimento das empresas nacionais que necessitem do auxilio dos Bancos Regionais.

Por outro lado, devido à debilidade de capital próprio, situação que se tem agravado com a dificuldade na obtem ção de recursos não exigíveis em razão do retraimento havido no mercado de capitais, às empresas nacionais têm sido levadas a efetuar associações de capital com grupos do exterior, com ris co de eventual perda de controle acionário.

Ciente dessas dificuldades, e na certeza de que o de senvolvimento contínuo e autônomo exige a participação de empresas privadas brasileiras no processo de crescimento econômico, o BNDE criou, em 1974, outra empresa subsidiária, a IBRASA- Investimentos Brasileiros S.A., que tem por objetivo apoiar a em presa privada nacional, independente do setor de atividades, car reando recursos para a sua capitalização, notadamente naqueles empreendimentos que se destaquem como líderes setoriais ou regionais, democratizar o capital dessas empresas, e fortalecer o mercado de capitais.

A IBRASA, da mesma maneira que a EMBRAMEC e a FIBASE, tem sua linha de ação orientada no sentido de participar minoritariamente do capital de riscos das empresas, mediante subscrição de ações sem direito de votos.

O apoio às pequenas e médias empresas tornou-se de ca pital importância pelo reconhecimento do papel por elas desempenhado econômica e socialmente, nos setores que possam ocupar e/ou em que possam co-existir com a grande empresa, no processo de industrialização do País.

Considerou-se também de primordial importância expandir as atribuições e responsabilidades diretas dos Bancos Regionais de Desenvolvimento na formulação de planos específicos, que atendem às necessidades de financiamento de projetos geradores de progresso regionais, já que são os agentes do BNDE mais diretamente ligados à problemática de desenvolvimento sócio-econômico das regiões onde atuam.

Assim sendo, convém ressaltar a importância assumida pelo CEBRAE-Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Peque na e Média Empresa, no ano de 1974, embora tendo sido criado pelo BNDE, em 1972. Essa Sociedade, sem fins lucrativos, objeti va facilitar ao empresário o acesso ao crédito, proporcionandolhe a utilização de modernas técnicas e de meios para a obtenção de melhores índices de aproveitamento dos recursos humanos. Para alcançar tais objetivos, o CEBRAE utiliza como instrumentos e Assistência Técnica, Gerencial e Creditícia, o Treinamento e a Pesquisa.

II. O crescimento econômico, ou seja, a progressão contínua e cumulativa das variáveis quantificáveis, não é toda via sinônimo de desenvolvimento. De fato, esse segundo conceito é bem mais amplo e abrangente do que o primeiro, e dele se diferencia pela especificidade particular de referir-se sobretudo

•

à componente <u>social</u>. A interação dos dois fenômenos é evidente: não há desenvolvimento de uma sociedade, no sentido amplo do termo, sem crescimento paralelo das atividades produtivas, do mercado interno e do nível de poupança de seus cidadãos. O de senvolvimento, portanto, transcende o crescimento puro e sim ples da econômia.

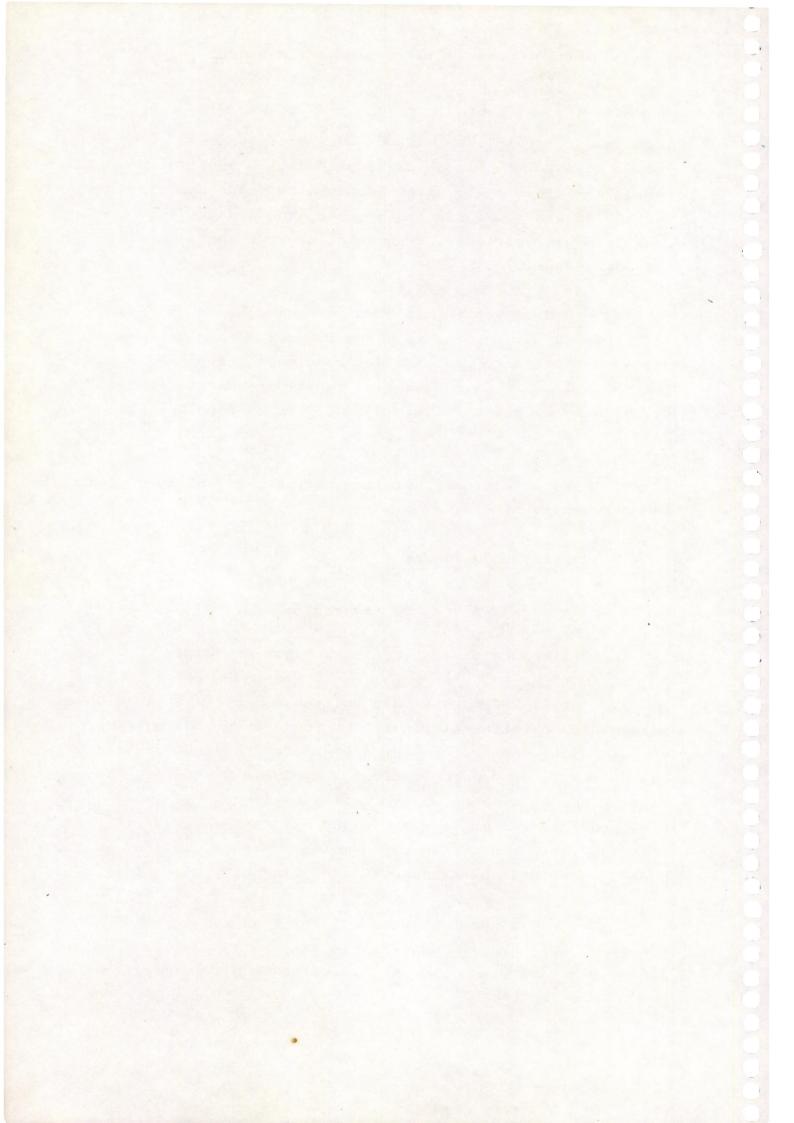
O desenvolvimento envolve modificações na estrutura social de forma a que os recursos humanos tornem-se aptos a <u>ge</u> rir e administrar o processo de crescimento econômico e o <u>Projeto Global da Nação</u>, que é o de construir uma sociedade aberta, moderna e desenvolvida, em beneficio da população que a com põe.

Nesse enfoque, adquirem particular realce os problemas referentes a:

- 1 Concentração da renda;
- 2 "qualidade da vida" dos cidadãos; e
- 3 aperfeiçoamento dos recursos humanos do País.

O II PND no capítulo referente à Estratégia de Desen volvimento Social, esclarece: "A verdade é que, de um lado, o crescimento pode não resolver o problema da adequada distribuição de renda, se deixado à simples evolução dos fatores de mer cado. E, de outro lado, a evolução através do crescimento apenas, pode demorar muito mais do que a consciência social admite, em termos de necessidade de melhorar rapidamente o nível de bem estar de amplas camadas de população".

Em sintonia com os objetivos e as metas do Governo Federal, o BNDE estima que uma das vias para a obtenção da integração social e a melhoria da distribuição da riqueza, é



aumentar a produção a custos baixos daqueles bens essenciais que compõem o que se pode chamar de consumo de base, compreem dendo gêneros alimentícios, medicamentos e vestuário de maior necessidade, já que outros itens desse consumo essencial - ser viços de saúde, saneamento, habitação e urbanização - possuem recursos para aplicação por parte de entidades governamentais especificas.

Para tanto, foi criado, no âmbito do 1º Plano Quin quenal de Ação do BNDE (1974-1978), o <u>Programa de Consumo Básico</u>. As razões que justificam o tratamento prioritário desse programa decorrem das seguintes premissas:

- 1. No cenário sócio-econômico do Brasil atual observa-se um desnível na distribuição da renda entre regiões geográficas do País, constatando-se que o polo centro-sul tem papel pre ponderante na formação do PIB nacional, traduzido em níveis substancialmente mais altos de produção e de consumo.
- 2. Destarte, principalmente nas regiões periféricas, as cama das populacionais de baixo poder aquisitivo encontram-se sa crificadas, no que se refere ao consumo de bens de primeira necessidade, como medicamentos e alimentos de alto poder nu tritivo. Isto acarreta problemas tais como o exôdo popula cional que se observa no sentido norte-sul do País, agravan do o ônus que pesa sobre as regiões urbanizadas sulinas, sem que haja correção e/ou melhora qualitativa dos recursos ku manos e da "qualidade de vida" nas regiões menos desenvolvidas do País.

O Programa de Consumo Básico compõe-se de três subprogramas, que correspondem aos setores de produção e distribuição de alimentos e medicamentos. O de "Alimentos" objetiva, primor dialmente, a produção industrial de alimentos básicos de alto poder nutritivo e de baixo custo, orientada para o consumo das

camadas de renda mais baixa. O "Subprograma de Medicamentos" vi sa à ampliação e à modernização industrial dos laboratórios, da CEME-Central de Medicamentos, e o desenvolvimento de indústrias integradas quimico-farmacêuticas brasileiras. O terceiro subprograma, o de "Distribuição", tem por finalidade racionalizar as atividades comerciais de bens de consumo de base, para que se jam minimizados os custos de comercialização desses bens.

Por outro lado, além do Programa de Consumo Básico, cu jos componentes sociais referem-se sobretudo às preocupações com a distribuição da renda e a "qualidade de vida" da população bra sileira, o Governo Federal não está alheio à questão essencial do aperfeiçoamento e do aprimoramento cultural dos recursos hu manos.

Nesse contexto, 1974 representa na diversificação das aplicações dos recursos do BNDE, o ano em que o livro, com a criação de um Programa específico, passou a ser beneficiado com essas aplicações, pelo apoio à indústria editorial de livros, e pela diminuição de custos e preços da matéria impressa, com a consequente difusão do hábito de leitura.

Nesse ano, o BNDE promoveu a realização de estudos so bre a Indústria Editorial de Livros no Brasil, os quais permitiram evidenciar os aspectos essenciais dessa atividade. Concluiu se que o País dispõe de núcleo representativo de empresas devidamente qualificadas para o desempenho da tarefa, enquanto o mer cado registra níveis significativos de expansão.

A simples manutenção das taxas de crescimento dos últimos anos exige novas iniciativas. Todavia, o problema não se reduz a manter os níveis de crescimento dos últimos anos mas também a incorporar ao mercado novos contingentes da população. Como as tiragens ainda se apresentam reduzidas, com sérios reflexos sobre os preços, a redução desses últimos permitirá sig

nificativa ampliação da parcela de consumidores.

5. CONCLUSÃO

O BNDE, na qualidade de entidade destinada ao desen volvimento econômico nacional, tem-se voltado, sucessiva e si multaneamente, para atender aos problemas da infra-estrutura e de serviços, da produção de insumos básicos, do desenvolvimento industrial em sentido estrito, com ênfase especial na indústria de bens de capital, do aperfeiçoamento dos recursos humanos, da transferência e desenvolvimento da tecnologia, da atenuação de desníveis regionais de desenvolvimento, da melhoria das condições de vida das camadas sociais de menor renda PER CAPITA, e da difusão cultural.

Tais objetivos vão sendo progressivamente atingidos, sem que a Instituição perca suas características básicas de entidade bancária mediante a manutenção do valor real de seu capital e dos fundos que opera.

ز

PLANO DE AÇÃO (74-78) DO BNDE

, ,

PLANO DE AÇÃO 74/78

Com a finalidade de atender a uma necessidade funda mental de institucionalizar um sistema permanente de planejamento de longo prazo para a Entidade, a Administração do BNDE, em 1973, elaborou um Plano de Ação quinquenal para o Banco.

Assim sendo, o BNDE, como agência de desenvolvimen to do Governo Brasileiro, definiu suas atividades através de um plano de ação de longo prazo, no intuito de manter as eleva das taxas de expansão requeridas na corrida de desenvolvimen to.

É importante salientar que, pelos objetivos que se propose a atingir pelas linhas de ação que o regem e pelos programas prioritários que o compõem, este primeiro Plano de Ação (1974-1978) está em perfeita harmonia, não só com os objetivos do Governo Federal, através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), como também, com os demais órgãos de financiamento e planejamento do País.

OBJETIVOS GERAIS DO PLANO:

1 - Impulsionamento do Desenvolvimento Econômico.

Manter o PIB a taxas de crescimento anuais as mais altas possíveis, crescimento este que depende, sobretudo da alocação racional e produtiva da poupança global gerada no País.

2 - Fortalecimento do empresariado nacional.

Estabelecer um sistema de equilíbrio entre o Gover no e o setor privado canalizando poupanças constituídas pelo setor público e aplica-las de forma a estimular e propiciar a formação de grandes empresas nacionais nos setores básicos. -- 1 ,

3 - Atenuação de desequilíbrios regionais.

Constituir novos polos de produção e acumulação de significativa importância nas regiões menos favorecidas visam do a desconcentração geográfica das atividades econômicas.

4 - Promoção do desenvolvimento integrado.

Melhorar o inter-relacionamento e integração das atividades dos setores econômicos (agrícola, industrial e de serviços) tornando mais compatíveis as iniciativas destes segmentos no sistema.

5 - Crescimento e diversificação das exportações.

Estimular e apoiar os projetos que visem as exporta ções, de capital importância para a economia nacional, para que haja continuidade no processo de desenvolvimento e crescimento da receita cambial do País a taxas anuais de crescimento as mais altas possíveis.

6 - Fortalecimento do Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento.

Definir o funcionamento de um verdadeiro Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento e Estaduais a serem liderados pelo BNDE, aperfeiçoando e fortalecendo todas essas en tidades, padronizando-as nos modos de ação e integrando-as nos processos, políticas e programas do Banco.

Uma vez definidos os objetivos gerais e permanentes traçou o BNDE diretrizes e linhas de ação a fim de assegurar a consecução dos objetivos gerais do Banco e constituindo os diversos programas do BNDE, nos quais são agrupadas as aplicações previstas neste Plano de Ação.

- !

LINHAS DE AÇÃO DO PLANO

1 - Reforço da base da estrutura industrial.

Fortalecer a estrutura industrial do País, aumentan do consideravelmente a participação do BNDE nos setores de bens de capital e de intermediários básicos, visando a meta nacional de crescimento do setor industrial ao nível de 13% a.a.

2 - Melhoria da eficiência das empresas.

Estimular as iniciativas de racionalização e melhoria de métodos e processos de produção, reorganização administrativa, fusões, métodos modernos de comercialização (inclusive "trading companies") e outros empreendimentos, objetivando uma posição de destaque para as empresas brasileiras dentro dos setores que atuam.

3 - Apoio ao fortalecimento da pequena e média empresa.

Fomentar a expansão da pequena e média empresa bra sileira com a finalidade de diminuir o desequilíbrio regional, possibilitando empreendimentos de relevância estadual ou micro-regional nas regiões periféricas do País.

4 - Aumento da eficiência da infra-estrutura.

Aumentar a eficiência dos sistemas, principalmente serviços de transportes e transporte ferroviário em particu - lar, que resultem em benefício do empresariado, do produtor e consumidor e das metas de exportação.

5 - Estímulo ao desenvolvimento tecnológico.

Estimular uma disseminação das atividades de R.+D. e a introdução de inovações tecnológicas genuinamente nacio -

v

.

nais, indo o BNDE até a participação ativa na geração dessas iniciativas sempre que necessário.

6 - Produção e distribuição de bens de consumo de base.

Incrementar a produção, a custos baixos, daqueles bens essenciais que compõem o que se pode chamar de consumo de base, compreendendo gêneros alimentícios, medicamentos e vestuário de maior necessidade.

Em correspondência com os objetivos específicos a cima declarados, criou o BNDE programas prioritários para o próximo período de 1974/1978, nos quais serão absorvidas 70% de suas aplicações anuais.

PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

1 - INSUMOS BÁSICOS.

Razões de prioridade:

- suprir a demanda interna de produtos básicos, evitando que a escassez desses produtos gere estrangulamentos no processo de crescimento econômico.
- efeitos positivos de valor considerável sobre o balanço de pagamentos, quer na substituição de importações, quer no aumento das exportações de produtos, que tenham condições vantajosas para concorrer no mercado internacional.
- efeitos multiplicadores para a frente, na medida em que a oferta abundante de insumos de larga utilização gera grande número de oportunidades de novos investimentos. Efeitos multiplicadores para trás, dada a importância que podem ter sobre a indústria nacional de equipamentos.

- efeitos catalizadores importantes no processo de geração de rendas e de acumulação de capitais.

Subprogramas:

- 1 Mineração
- 2 Siderurgia, fundidos e forjados pesados
- 3 Metalurgia de não ferrosos
- 4 Química e petroquímica
- 5 Fertilizantes
- 6 Celulose e papel
- 7 Cimento

2 - EQUIPAMENTOS BÁSICOS

Razões de prioridade:

- Ampliar e desenvolver a produção de equipamentos básicos, através da re-dinamização do processo de substituição das importações de bens de capital tecnologicamente complexos.
- Dominar uma tecnologia especializada, que até ho je em grande parte é importada, compreendendo engenharia do produto, de projeto e de processo, e técnicas específicas de fabricação de equipamentos modernos em crescente demanda por uma economia em desenvolvimento rápido e constante.
- Ser o setor industrial "pesado" produtos de bens de equipamentos, um dos que oferece melhores oportunidades para a mobilização de poupanças e realização de investimentos, tornando-se um polo de liderança no que diz respeito à geração da renda e à acumulação de capitais.

Subprogramas:

- 1 Bens de capital sob encomenda
- 2 Programa especial da FINAME
- 3 Outros equipamentos básicos

3 - FORTALECIMENTO DA EMPRESA PRIVADA NACIONAL

Razões de prioridade:

- Favorecer o re-equipamento industrial, o saneamento financeiro, a modernização (administrativa e/ou gerencial), a expansão das atividades das empresas que produzem bens de consumo não-duráveis.
- Assistir a empresa nacional, para que a atomização observada ao nível das unidades de produção e o envelhecimento da capacidade instalada não dificulte sua eficiência, co mo também sua competitividade nos mercados interno e externo.
- Fortalecer e consolidar as empresas brasileiras, com boa posição financeira, que tenham demonstrado altos níveis de eficiência empresarial e administrativa capazes de assumir papel de liderança nos respectivos setores e/ou subsetores onde atuam.

Subprogramas:

- 1 FMRI
- 2 PROGIRO
- 3 Reforço de capital de empresas (incluindo repasse à IBRASA)
- 4 Operações conjuntas médias operações
- 5 Operações conjuntas pequenas operações
- 6 FIPEME e PEB

4 - FOMENTO REGIONAL

Razões de prioridade:

- Expandir as atribuições e responsabilidades diretas dos Bancos Regionais de Desenvolvimento na formulação de planos específicos, que atendam às seguintes necessidades:
- objetivem, preferencialmente, a expansão de capacidade produtiva.
- busquem dinamizar ou desenvolver atividades economicamente indicadas quanto à sua localização, para tanto levadas em conta as repercussões regionais e nacionais do empreendimento.
- corrigir os desequilíbrios regionais identificados no Brasil de hoje, onde se observa uma concentração de recursos (financeiros e humanos) e de fatores de produção na região centro-sul do País.
- identificar e desenvolver vocações empresariais, com a finalidade de dinamizar e tornar mais eficiente este con junto de produção, promovendo soluções a longo prazo para problemas estruturais ligados às pequenas e médias empresas brasileiras, tais como:
- a) produção (qualidade do produto acabado "lay out" de produção, reequipamento)
- b) gerência (formação de pessoal de nível especializado e/ou executivos, introdução de instrumentos e processos modernos de administração)
- c) pessoal (formação de mão-de-obra especializada em regiões periféricas onde a carência é maior)
- d) financeiro (falta de capital de giro, dificultam do às pequenas e médias empresas aquisição de matéria-prima, o que provocará encarecimento do produto acabado.

, sparra

5 - INFRA-ESTRUTURA

Razões de prioridade:

- ser imprescindível uma infra-estrutura de transporte, armazenamento, energia e comunicações ligando polos industriais (centros urbanos) entre si com as regiões de abastecimento de matérias-primas (zonas rurais).
- depender da infra-estrutura a extensão e a expansão geográfica do mercado interno.
- promover projeto de longo prazo para aumentar a eficiência global do sistema econômico tomado em seu conjunto, solucionando o estrangulamento do setor mais carente da infraestrutura econômica brasileira: o sistema ferroviário nacional, único capaz de conectar a custos mais baixos e com maior rentabilidade os polos industriais e agrícolas.
- ligar através do sistema ferroviário nacional, os polos produtores, com os polos escoadouros de grande porte instalados ao longo do litoral brasileiro, visando as exportações.

Subprogramas:

- 1 Ferrovias
- 2 Rodovias
- 3 Outros

6 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Razões de prioridade:

- Combater o desequilíbrio entre a capacidade produtiva alcançada por nosso parque industrial e o domínio de tecno logia alcançado pelas empresas brasileiras a fim de permitir a continuidade do processo de desenvolvimento, onde a tecnologia é fator fundamental.

BNDES
AARH/DEFAC/COPED
Centro de Pesquisa de

- Estar o desenvolvimento industrial brasileiro, par cialmente subordinado em sua evolução à importação de tecnologia.
- Desenvolver a pesquisa aplicada e a utilização dos recursos humanos disponíveis para o emprego de uma tecnologia de vanguarda em setores específicos, através de um programa a longo prazo, para que a aplicação dos conhecimentos especializados nos processos de produção não escapem ao controle brasileiro e não provoquem, futuramente, estrangulamentos e desequilibrios de crescente gravidade.

Subprogramas:

- 1 Oferta de tecnologia
- 2 Demanda de tecnologia

7 - CONSUMO BÁSICO

Razões de prioridade:

- Estabelecer um paralelo entre o desenvolvimento e conômico e o desenvolvimento de recursos humanos da sociedade tomada em seu conjunto.
- Haver desníveis na distribuição da renda entre regiões geográficas do País, constatando-se que o polo centro-sul tem papel preponderante na formação do PIB nacional traduzido em níveis substancialmente mais altos de produção e de consumo.
- Promover a produção de bens de consumo especificamente destinados às camadas de baixo poder aquisitivo, que se
 encontram em regiões periféricas e que se encontram sacrificadas no que se refere ao consumo de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos de alto poder nutritivo).

Subprogramas:

- 1 Aumentos
- 2 Medicamentos
- 3 Distribuição

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS DO BNDE

*

EMBRAMEC - MECÂNICA BRASILEIRA S/A

Em virtude da necessidade de estímulo a produção de bens de capital foi criada a Mecânica Brasileira S/A - EMBRAMEC cujo objetivo é a dinamização do setor de produção de bens de capital, através do estímulo à expansão da capacidade instalada das empresas: transferência, incorporação e desenvolvimen to de tecnologia avançada e fortalecimento das em presas nacionais no setor, visando o suprimento de bens de capital no mercado interno tornando possí vel a substituição gradativa deste ítem na pauta das importações. A empresa funciona como núcleo opera cional ativo destinado a dar condições para a im plantação de um segmento produtor de bens de capi tal de grandes proporções, a ajudar a incorporação da massa crítica tecnológica necessária ao País, a organizar a demanda de equipamentos das empresas do governo e auxiliar o empresário privado a buscar a especialização mais conveniente à sua vocação. Dada a natureza do empreendimento os resultados efetivos para a economia só serão sentidos num prazo longo embora nos casos de complementação de investi mentos os efeitos positivos poderão correr a prazo mais curto.

Foram selecionadas três áreas para o desenvolvimento da ação de apoio da EMBRAMEC: projetos básicos, especiais e demais projetos. O grupo de projetos básicos engloba os subsetores de máquinas-ferramentas, locomotivas elétricas ou diesel-elétricas, vagões, embarcações de carga, máquinas e equipamentos para mineração; construção de estradas e veícu-

los especiais; equipamentos siderúrgicos e de metalurgia de não-ferrosos; máquinas têxteis; máquinas
e equipamentos para indústria química e petroquímica, cimento, papel e celulose; compressores; máquinas e equipamentos para geração, transmissão e transformação de energia e para telecomunicações, além
de peças, partes e componentes para todos estes sub
setores. No grupo de projetos especiais enquadram se os de engenharia básica de processos e produtos;
projetos de tecnologia sofisticada; projetos de equipamento contra poluição industrial e projetos de
bens destinados à exportação. No terceiro grupo podem figurar, por exemplo, projetos de indústria grá
fica e alimentação.

Um trabalho complementar está sendo executado no sentido de procurar atrair fundos de investimento, sociedades seguradoras, outros investidores institucionais e empresários de outras áreas para aplicações no setor; estabelecer um entendimento permanente com os órgãos da administração pública e entidades das classes produtoras da área de bens de capital; colaborar dentro das regras fixadas pelo governo federal, no sentido de maximizar a parcela nacional das compras dos órgãos da administração pública direta e indireta e patrocinar a elaboração de um catálogo promocional técnico, com atualização anual, capaz de servir de livro de consulta inicial dos compradores de equipamentos.

A atuação da EMBRAMEC pode ocorrer de duas maneiras: a primeira através de solicitações examinadas inicialmente em termos de mérito e prioridade e a segunda por iniciativa própria através de convites à empresas privadas para elaboração de projetos J

altamente prioritários, tendo em vista encontrar meios que viabilizem sua execução.

A aplicação de recursos da EMBRAMEC é feita através da participação no capital de risco das empresas beneficiárias, em proporção minoritária ou subscrição de debêntures conversíveis em ações visando otimizar a estrutura de capital das em presas ou a compra de projetos de engenharia para transferência posterior ou contratação de desenvolvimento de projetos de engenharia.

Com a finalidade de acompanhar os resulta - dos de suas aplicações a empresa estabelecerá con dições que lhe permitam o acesso aos registros e fatos da administração beneficiária, assessora - mento nas negociações de cessão ou aquisição de tecnologia, recebimento de relatórios sistemáticos das empresas beneficiadas bem como os feitos por auditores externos. Será mantido um atualiza do cadastro das empresas existentes no País e das estrangeiras com subsidiárias ou filiais operando no Brasil.

FIBASE - INSUMOS BÁSICOS S/A - FINANCIAMENTOS E PARTICIPAÇÕES

O levantamento das principais matérias - primas responsáveis pela manutenção do processo de cresci - mento e/ou pelo suprimento de bens de consumo fundamental evidencia que o País não dispõe de suprimento firme de algumas matérias-primas essenciais à sustem tação de elevadas taxas de expansão econômica.

A alternativa de suprir tais necessidades pela via tradicional de importações está ligada à capacidade de exportar da economia brasileira. Houve, portanto, a necessidade de se buscar novos mecanismos que garantissem, a longo prazo, o suprimento de insumos básicos adequados à manutenção do elevado ritmo de desenvolvimento pretendido para o País. Em consequência desses fatos, foi criada a FIBASE, empresasab sidiária do BNDE, com o objetivo prioritário de apoiar empreendimentos liderados pelo setor privado, destinados a equacionar, no menor prazo possível, um nível adequado de produção interna dos principais in sumos básicos.

Nesse sentido, a linha de ação da FIBASE é representada, fundamentalmente, pela canalização de re
cursos de risco, sem direito a voto e sem participação na gestão direta das empresas. A participação no
capital votante só se fará nos casos em que se reco
mende a presença de um agente de equilíbrio entre 2
grupos societários.

.

No desempenho de suas funções caberá ainda à FIBASE, a concepção de projetos fundamentais no ramo de insumos básicos e bens intermediários que ain da não tenham sido equacionados pelo setor privado. Mas, tão logo seja possível, será transferido a este setor a posição majoritária reservando-se à FIBASE posição que lhe permita apenas fiscalizar a execução do investimento.

Assim, de acordo com as diretrizes traçadas, a FIBASE aplica recursos, tendo em vista o desenvolvimento de projetos de aumento de capacidade produtiva (projetos novos ou expansão de instalações já existentes) e/ou consolidação de empresas em operação, nos seguintes setores prioritários:

- fertilizantes (nitrogenados, fosfatados e potássicos) e suas matérias-primas (amônia e uréia, rocha fosfatada e cloreto de potássio).
- 2) metais não-ferrosos (alumínio, chumbo, cobre, magnésio, níquel e zinco).
- 3) papel e celulose.
- 4) produtos de química orgânica e inorgânica.

IBRASA - INVESTIMENTOS BRASILEIROS S/A

A IBRASA tem por objetivo apoiar a empresa privada nacional; carrear recursos para a capitalização das empresas industriais brasileiras, notadamente as médias e aquelas que, de qualquer porte, se destacam como empresas líderes setoriais ou regionais; estimular a democratização do capital e fortalecer o merca do de capitais.

Para realizar seus objetivos, a IBRASA efetua participações no capital de risco das empresas cogitadas, em proporções minoritárias; estas porém só poderão ser efetivadas no capital de empresas brasileiras, assim entendidas aquelas em que a maioria das ações com direito a voto pertençam, direta ou indiretamente, a pessoa física residente e domiciliadas no Brasil, excessão às empresas que, não sendo nacionais, passem a esta condição com a efetivação da operação.

As ações relativas às participações de capital da IBRASA podem ser ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto.

A IBRASA poderá também praticar a tomada de de bêntures conversíveis em ações, bem como prestar garantia de subscrição. Na primeira hipótese, a operação só é realizada com empresas que apresentem boas condições financeiras e capacidade de endividamento adequado.

.

.

Convém destacar na sistemática operacional da subsidiária do BNDE 3 ítens específicos:

- Análise: o grupo técnico da IBRASA estuda a empresa em profundidade, cobrindo desde um diagnósti co administrativo-organizacional até um cuidadosoprog nóstico de seu desempenho futuro.
- Acordo de acionista: nesse ítem, a preocupação da IBRASA tem sido em função da filosofia de a tuação da empresa, a exigência de uma administração profissional, bem como a adoção de medidas tendentes a corrigir distorções em que participa no capital social, de forma a dotá-las dos meios necessários à consecução dos objetivos colimados em seus planos de expansão e/ou saneamento financeiro. Um outro aspecto ao qual a IBRASA tem dado ênfase especial nos A cordos de Acionistas é o relativo à manutenção da posição majoritária do acionista brasileiro, mediante a exigência do direito de primeira recusa na alienação, total ou parcial, das ações representativas do capital votante das empresas em que participa, prevenindo "take overs" nem sempre interesse nacional.
- Contrato de "underwriting" com instituições financeiras. De acordo com as "Diretrizes de Atuação", aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião de 26 de julho de 1974, a IBRASA vem buscando, sem pre que possível, contar com a co-participação de bancos privados de investimento, liderando a oferta ao público dos lançamentos aprovados, ficando a IBRASA como "stand by underwriting", de última instância.

DIGIBRÁS-EMPRESA DIGITAL BRASILEIRA S.A.

A ênfase atribuida à indústria eletrônica digital representa o coroamento da política governamental em favor desse setor de alta densidade tecnológica, a qual teve como ponto de partida o esforço desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Especial (GTE), criado em fevereiro de 1971, com a poio financeiro proporcionado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

O referido Grupo de Trabalho Especial concebeu e iniciou a execução ao Projeto Guaranys, que consiste em proje tar e construir um minicomputador com sistema operacional próprio, para o que foram firmados contratos com a Universidade de São Paulo, para o equipamento ("hardware"), e com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, para o sistema operacional ("software"). Além disso, o GTE promoveu estudos e entendimentos preliminares com vistas ao rápido estabelecimento, no Brasil, da indústria de computa dores eletrônicos.

A DIGIBRÁS - EMPRESA DIGITAL BRASILEIRA S.A. é decorrência direta da ação do GTE. Em virtude de sua natureza transitória, o próprio Grupo de Trabalho Especial empreendeu, com o respaldo do BNDE, a criação de uma empresa que, dotada de ampla flexibilidade, desse continuidade aos trabalhos encetados, constituindo-se também no instrumento de participação do setor público na criação das duas empresas inicialmente concebidas bem como em outros futuros empreem dimentos.

Dada sua condição de instrumento de ação do setor público, todos os acionistas da DIGIBRÁS são empresas direta ou indiretamente vinculadas ao Governo Federal. Ademais, como as áreas de atuação de seus acionistas compreendem importante faixa do mercado atual e potencial da indústria e

letrônica digital - tal como o processamento de dados, con trole de processos industriais, telecomunicações etc. - a DIGIBRÁS acha-se em posição privilegiada para estabelecer programas e projetos que traduzam reais interesses do País, bem como para proporcionar condições que favoreçam o êxito de tais empreendimentos.

A atuação da DIGIBRÁS no campo industrial está em per feita consonância com as diretrizes emanadas do Governo Fe deral em favor do processo tecnológico brasileiro.

O Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico aprovado em 1973, destacou o papel atribuído à DIGI BRÁS no estabelecimento da indústria eletrônica digital brasileira.

A DIGIBRÁS não deverá pois dedicar-se diretamente a a tividades industriais, nem executar projetos de pesquisa e desenvolvimento. Sua atuação será exercida através de participação acionária em empreendimentos industriais, devendo também agir como órgão catalisador do apoio oficial, de todos os níveis, a projetos considerados de interesse relevante.

A ação da DIGIBRAS será desenvolvida com a permanente preocupação de manter aberto o acesso às fontes mais avançadas de equipamentos e serviços de computação eletrônica e de processamento de dados.

A carência de pessoal técnico qualificado constitui - se também em um dos pontos críticos do programa de desen - volvimento da indústria eletrônica digital e de processa - mento de dados. Por esta razão, em consonância com os programas do Ministério da Educação e Cultura e em estrita co laboração com os órgãos e agências especializadas, como a CAPRE - Comissão de Coordenação das Atividades de Proces - samento Eletrônico, e com as Universidades, a DIGIBRÁS implementará programas que visarão atender necessidades específicas de formação de pessoal, tanto na área de fabricação como na de serviços.

Dadas suas características peculiares, a DIGIBRÁS terá inclusive condições de atuar como uma ponte, operando nos dois sentidos, entre a Universidade e a Indústria, função, aliás, de relevante importância para que a Empresa pos sa cumprir seu objetivo principal, que é o de promover o desenvolvimento tecnológico brasileiro nesse setor industrial de ponta. Tal esforço deverá apoiar-se, em grande par te, na crescente capacitação dos núcleos universitários de pesquisa.

No campo industrial a DIGIBRÁS poderá participar societariamente de empreendimentos sob controle nacional, des de que tal participação revele-se conveniente e necessária. Salvo casos especiais, a participação da DIGIBRÁS far -se-á sempre em condição minoritária e mediante associação com firmas privadas brasileiras que apresentem condições para, oportunamente, absorverem o comando integral dos empreendimentos.

Dos critérios estabelecidos para a participação da DI GIBRÁS em empreendimentos industriais bem como da própria natureza da Empresa, decorre que somente se poderá contemplar seu envolvimento em projetos que, a par dos demais requisitos, apresentem sólidas perspectivas de rentabilidade.

Como resultado do trabalho desenvolvido ainda no âmbito do Grupo de Trabalho Especial, foram transferidos para a DIGIBRÁS, em estágio avançado, entendimentos relativos ao estabelecimento de duas empresas industriais para a fabricação de minicomputadores, cuja criação fora acordada ao nível de Governo.

No início de 1974 a DIGIBRÁS passou a conduzir as negociações relativas à primeira daquelas empresas; concluídos os entendimentos, foi constituída a nova empresa em 18
de julho de 1974, sob a denominação Cobra-Computadores e
Sistemas Brasileiros Ltda. Nesse empreendimento, estão associadas, em partes iguais, a DIGIBRÁS, a EE Equipamentos
Eletrônicos S.A. e a Ferranti Limited, da Inglaterra. A em

presa Cobra visa a produzir equipamentos e sistemas mediam te programas que contemplarão progressiva nacionalização dos produtos, com base em efetiva transferência de tecnologia.

Estudo de viabilidade para criação da segunda empresa industrial, que vinha sendo conduzido pelo Grupo de Trabalho Especial, foi transferido para a DIGIBRÁS em maio de 1974. O referido estudo, está sendo presentemente reequacionado. Esse trabalho está sendo realizado pela DIGIBRÁS em cooperação com a Metal Leve S.A. Indústria e Comércio, firma brasileira que incorporou-se ao projeto como provável associado ao futuro empreendimento. Um dos principais objetivos dessa segunda empresa, preliminarmente denominada Brascomp - Empresa Brasileira de Computadores, será o de explorar as possibilidades de industrialização de produtos desenvolvidos no País, sem prejuízo da mobilização de toda a cooperação técnica externa que se fizer necessária.

)

AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL

FINAME - AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL

A Agência Especial de Financiamento Industrial-FINAME, instituída em setembro de 1966 para administrar o Fundo de Financiamento para Aquisição de Má quinas e Equipamentos Industriais, constituindo-se na primeira subsidiária do BNDE, tem por objetivos:

- a) atender às exigências financeiras da crescente comercialização de máquinas e equipamentos produzidos no País;
- b) concorrer para a expansão da produção nacional de máquinas e equipamentos, mediante facilidade de crédito aos respectivos produtos e aos usuários;
- c) financiar a importação de máquinas e equipamentos industriais não produzidos no País; e
- d) financiar e fomentar a exportação de má quinas e equipamentos industriais de fabrica cão brasileira.

A FINAME pode ainda realizar operações de "ac - ceptance" para suprimento de capital de giro às em - presas instaladas em setores industriais básicos de economia, além do que pode subscrever ações de empresas industriais para posterior repasse ao público.

A Agência é suprida com recursos provenientes de dotações do BNDE e de outras agências financeiras oficiais brasileiras; de empréstimos ou doações de



entidades tanto nacionais quanto estrangeiras; de refinanciamentos de títulos do Banco Central do Brasil; e de aportes do Tesouro Nacional, além de outras modalidades de operações financeiras que se compreendam nas finalidades da FINAME.

As aplicações desses recursos se efetivam por intermédio de repasses a agentes financeiros, públicos e privados, assim considerados os bancos regio cais e estaduais de desenvolvimento bem como os bancos comerciais, as sociedades de financiamento e os bancos de investimento que se submetam às modalida como des de operação da Agência e que assumam co-responsabilidade como garantidores, financiadores ou endos cantes.

De conformidade com a reorientação da política e conômica do Govêrno brasileiro no ano de 1974 a FINA ME teve alteradas suas normas operacionais, passando a apoiar e incentivar mais decididamente a indústria nacional de equipamentos e insumos básicos.

Divididas em três programas (de Médio Prazo, de Longo Prazo e Especiais), as Normas Operacionais da FINAME estipulam modalidades de operação, tanto no que diz respeito aos aspectos financeiros, quanto æs setores considerados prioritários.

Os Programas de Médio e Longo Prazo só concederão prioridade aos empreendimentos à aquisição de má quinas e/ou equipamentos fabricados no Brasil, e que tenham índice de nacionalização superior à 67% destinados à produção industrial em geral (de Médio Prazo) e os que visam a produção industrial de equipamentos

e insumos básicos, a prestação de serviços de infraestrutura e os empreendimentos turísticos mais impor tantes (de Longo Prazo).

O Programa Especial, por outro lado, incentiva rá a aquisição de máquinas e equipamentos e conjun tos industriais fabricados no Brasil que:

- a) sejam produzidos sob encomenda, com relevan te acréscimo de tecnologia ou nacionaliza ção;
 - b) que estejam competindo em licitação interna cional; e
 - c) vinculados a projetos do mais elevado interesse nacional.

O financiamento será concedido quando as operações se destinarem, prioritariamente, à fabricação de bens de capital ou seus componentes essenciais e aos setores de mineração, metalurgia, energia elétrica, química, petroquímica, eletrônica e papel celulose.

Um balanço de sua atuação ao longo de oito a nos de atividades, indica que a FINAME representa uma experiência inovadora e extremamente bem sucedida de funcionamento de uma instituição federal de fomen to, que será, sem dúvida, ainda mais dinâmica e im mortante a partir das modificações executadas, cujos efeitos já começam a se fazer sentir.

Fugindo aos padrões tradicionais de aplicação di reta, faz do repasse a sua forma exclusiva de atua ção, provando que é possível a perfeita coordenação

v >

de trabalho entre os setores público e privado e que o sistema bancário brasileiro possui suficiente maturidade para exercer o papel que lhe está reservado no financiamento do processo de desenvolvimento do País.

CEBRAE

CEBRAE

O CEBRAE é um sistema articulado em todo o território nacional, com um órgão central traçando metas e estratégias a entidades executoras que, por sua vez, através da ação direta nas Empresas, coletam e sistema tizam dados, analisam setores e fornecem subsídios necessários à constante reciclagem do processo de assistência às empresas de menor porte.

Integram seu campo de ação os setores industrial, comercial e de serviços, objetivando seu programa:

I - Facilitar ao empresário o acesso ao crédito, a través dos seguintes meios:

- preparação de projetos;
- assessoria financeira;
- articulação entre as empresas e os bancos de desenvolvimento;
- acompanhamento na aplicação de recursos financeiros.

II - Apoio ao empresário, proporcionando-lhe a utilização de modernas técnicas, quais sejam:

- diagnóstico, estudos de localização, " lay out", organização;
- contabilidade;
- assessoria fiscal;
- processamento de dados:
- recrutamento, seleção, treinamento e administração de pessoal.

1 •

•

III - Oferecer ao empresário meios para obter melhor aproveitamento dos recursos humanos, através da preparação e aperfeiçoamento de:

- executivos;
- pessoal de nível médio;

O credenciamento de agentes constituídos em cada Estado, entidades que já desfrutam da confiança do empresário, é muito favorável uma vez que sua intimidade com os problemas regionais, facilitando-lhes o manuseio de enorme acervo de dados e informações, permite a elaboração de programas harmonizados às conjunturas estaduais e possibilita a descentralização e desburocratização do sistema propiciando também o entrosamento en tre organizações do setores públicos e privados, conegregando no mesmo esforço governo federal, estadual, bancos de desenvolvimento, associações de classe e universidades.

Para atingir seus objetivos o CEBRAE tem como instrumentos:

- Assistência Técnica e Gerencial.
- Treinamento.
- Assistência Creditícia.
- Pesquisa.

No campo de projetos especiais foi implantada e está em fase de execução, num conjunto BNDE - Fundação Getúlio Vargas, um programa de treinamento para técnicos e executivos de Bancos de Desenvolvimento e entida des financeiras afins, de modo a capacitá-los a atuar

dentro de um novo modelo institucional mais dinâmico e eficiente.

Estruturado sob a forma de cursos e seminários, es te programa é de capital importância para a melhor estruturação de todo o sistema de apoio à Pequena e Média empresa.

Abaixo relacionamos os diversos cursos realizados no âmbito do programa acima citado:

- Na Área de Técnicas Operacionais de Projetos:
 - Curso de Análise de Avaliação de Projetos;
 - Curso de Sistemas de Controle e Execução de Projetos;
 - Seminário de Técnica de Implementação e Acompanhamento de Programas de Desenvolvi mento Econômico.
- Na Área de Programação Setorial:
 - Seminários sobre Energia, Transportes, Desenvolvimento Regional, Corredores de Exportação.
- Na Área de Administração Geral:
 - Seminários sobre Fundamentos de Modernização Administrativa;
 - Seminários sobre Teoria e Técnica de Decisão Empresarial.
- Na Área de Modelo Institucional e Operacional de

Bancos de Desenvolvimento:

- Seminários sobre a criação de um modelo único de operação de Bancos de Desenvolvi mento Estaduais.
- Na Área de Sistemas de Apoio Administrativo:
 - Curso de Administrativo de Recursos Huma nos;
 - Curso de Sistemas e Métodos;
 - Seminário de Assessoria Jurídica;
 - Curso de Planejamento e Execução Orçamentá ria; e
 - Curso de Administração Financeira.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO NO BNDE

FUNTEC - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Criado em 1964, o Fundo de Desenvolvimento Técnico científico - FUNTEC foi destinado inicialmente ao apoio à formação de pessoal onde teve um importante papel atividades de pós-graduação bem como na formação de técnicos de nível médio e engenheiros operacionais. A estra tégia de aplicação em recurso humanos foi baseada na cons tatação do despreparo das empresas brasileiras, na época, para se envolver no uso significativo da tecnologia derna ou se dedicar ao trabalho da inovação tecnológica. No momento em que as empresas despertam para a importância do fator tecnológico, aceito atualmente como decisivo para a competitividade da empresa, houve um realinhamento dos instrumentos de ação do BNDE, sendo dada especial ênfase a tecnologia industrial, tendo sido facilitada esta função pela condição privilegiada do Banco devido ao seu contato com o empresariado nacional e sua situação de ponto de convergência de planos e projetos futuros.

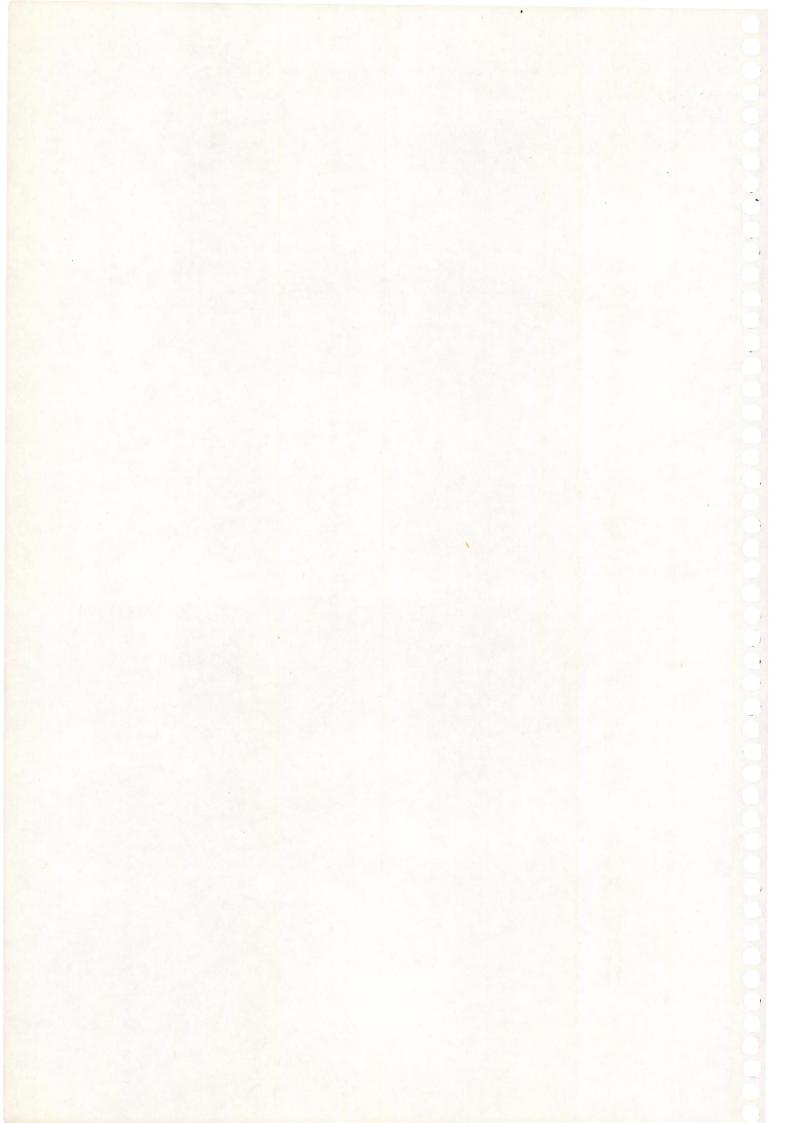
No novo Regulamento do FUNTEC foi estabelecida uma linha de incentivos às empresas nacionais para iniciativas diretamente relacionadas com a criação, adaptação ou assimilação de tecnologia. É prevista também a fixação de condições favoráveis para a cooperação entre as universidades, institutos de pesquisa e empresas visando à efetiva geração e transferência interna de tecnologia, numa perspectiva geral de promover, incentivar e apoiar, mediam te colaboração financeira, a realização de estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham por fina lidade o desenvolvimento científico e tecnológico, o aper feiçoamento e a transferência de técnicas, processos e produtos e a absorção e utilização de novas técnicas pelas empresas brasileiras.

O FUNTEC está subdividido em dois subprogramas: o de demanda e utilização de tecnologia que objetiva estabelecer condições significativas para que a empresa brasileira faça bom uso da tecnologia com fator de modernização; e o de geração e oferta de tecnologia, que pretende levar instituições de pesquisa, inclusive universidades, a participar mais diretamente do esforço de desenvolvi mento tecnológico das empresas brasileiras, buscando inovação adequada às realidades da economia nacional provendo mecanismos que facilitem a transferência de nhecimentos científicos e tecnológicos. O subprograma de demanda e utilização de tecnologia compreende projetos de pesquisa e desenvolvimento, pré-produção, transferência de tecnologia, capacitação tecnológica, tecnologia avança da, com elevado índice de risco e outros condizentes com os objetivos anunciados; o subprograma de geração e oferta de tecnologia abrange projetos de desenvolvimento de resultados de pesquisa, pesquisa aplicada e desenvolvimen to, pesquisa fundamental orientada, capacitação em servi ços tecnológicos, documentação técnica especializada outros.

As modalidades operacionais admitidas vão desde o financiamento não reembolsável, participando o BNDE de eventuais lucros obtidos através de participação nos royalties até financiamento de 100% do investimento com prazo de até 10 anos (até 3 anos de carência incluído) a juros de 4% a.a. sem correção monetária, sendo em certos casos admitida a participação societária.

. . . . 1

ANÁLISE DE TIPOS DE ATUAÇÃO
DO BNDE



AS "JOINT-VENTURES" APOIADAS PELO SETOR PÚBLICO

As dimensões atingidas pelo mercado interno brasileiro nos últimos 10 anos começaram a exigir a implantação de unidades produtivas de porte internacional em diferentes setores de atividade, nas quais torna-se indispensável a agregação de tecnologia moderna.

Tendo em vista que as oportunidades de investimento com essas características estruturais são em número relativamente grande, e que os grupos empresariais brasileiros não poderiam ocupá-las sozinhos (por escassez relativa de recursos e/ou ausência de tecnologia própria), haveria que buscar o apoio de grupos empresariais externos que pudessem dar viabilidade plena aos empreendimentos. De outro lado, tornava-se politicamente importante que a liderança des ses projetos fosse exercida pelos empresários nacionais e que o centro das decisões em relação às empresas e aos projetos permanecesse no País, sob comando de nacionais.

Para cumprir esses objetivos de política de investimentos conjuntos foi imaginado uma estrutura acionária que incorporasse a experiência dos empresários privados e que, ao mesmo tempo, des se maioria nacional aos empreendimentos. Nessa composição, que conta com o apoio institucional e financeiro das diferentes entidades de fomento do Governo brasileiro, cabe a uma ou mais agências gover namentais a função de acionista desempatador, entidade de equilíbrio nas decisões empresariais, de modo a dirimir eventuais conflitos entre os grupos empreendedores líderes. São as seguintes, em síntese, as principais funções de cada grupo empresarial nos empreendimentos:

- GRUPO NACIONAL: liderar os empreendimentos, aportando recursos fi nanceiros e experiência gerencial diante das con dições brasileiras;

(,

- GRUPO ESTRANGEIRO: aportar recursos financeiros, tecnologia moder na e "know-how";
- AGÊNCIA GOVERNAMENTAL: suprir recursos financeiros e agir como elemento de equilíbrio, decidindo eventuais conflitos.

Esse modelo tri-dimensional procura, ainda, em relação as ações com direito de voto, estruturar o capital das empresas de modo que:

- a maioria seja privada (soma da participação dos grupos nacionais e estrangeiros);
- a maioria seja nacional (soma da participação do grupo nacional e da agência governamental).

Uma estrutura de capital votante como a que se exemplif \underline{i} ca a seguir cumpriria, portanto, esses objetivos estabelecidos.

•	%	do capital votante
Grupo Privado Nacional		40
Grupo Privado Estrangeiro		40
Agência Governamental	•	20
Total		100

Varios empreendimentos foram e estão sendo implantados segundo a definição que se explicitou anteriormente, sendo de desta car, dentre eles os seguintes:

1. SALGEMA S.A. - INDÚSTRIAS QUÍMICAS

Objetivo: implantação de unidade de produção de soda câustica (250.000 t/ano) e cloro (220.000 t/ano).

Investimentos: US\$ 140 milhões

Localização: Estado de Alagoas

Estrutura do Capital Votante	Em percentagens (%)
- Grupo Privado Nacional	
(EULUZ S.A.)	45
- Grupo Privado Estrangeiro	
(E.I. DU PONT DE NEMOURS)	45
- Agência Governamental	
(BNDE)	10

2. COBAFI - BAHIANA DE FIBRAS S.A.

Objetivo: implantação de unidade de produção de nylon e poliester (30.000 t/ano) para a indústria têxtil e de fios técnicos para pneus (10.000 t/ano).

Investimentos: US\$ 150 milhões

Localização: Estado da Bahia

Estrutura do Capital Votante	Em percentagens (%)	
- Grupo Privado Nacional (CELSO DA ROCHA MIRANDA)	45	
- Grupo Privado Estrangeiro (AKZO INTERNACIONAL)	45	
- Agência Governamental (BNDE)	10	

3. CIA. BRASILEIRA DE FILMES - SAKURA

Objetivo: implantação de unidade de produção de filmes de raio-X (3.200.000 metros quadrados/ano).

Investimentos: US\$ 25 milhões

Localização: Estado do Rio de Janeiro

Estrutura do Capital Votante	Em percentagens	(%)
- Grupo Privado Nacional		
(RENATO MONTEIRO)	22,3	٠.
- Grupo Privado Estrangeiro		
(OKURA TRADING. KONISHIROKU PHOTO)	38,9	
- Agência Governamental		
(BNDE)	38,8	

4. ARAFÉRTIL - ARAXÁ S.A. FERTILIZANTES E PRODUTOS QUÍMICOS

Objetivo: implantação de complexo produtos de fertilizantes ... (570.000 t/ano de concentrado de rocha fosfatada; 165.000 t/ano de ácido fosfórico, em termos de P₂ 05; 240.000 t/ano de MAP; 495.000 t/ano de ácido sulfúrico; 200.000 t/ano de superfosfatos; 960.000 t/ano de produtos granulados e formulações).

Investimentos: US\$ 130 milhões

Localização: Estado de Minas Gerais

Estrutura do Capital	Votante	Em perc	entagens	(%)
- Grupo Privado Naci				
(ITAÚ INDÚSTRIAL)		40	
- Grupo Privado Estr	angeiro			
(BUNGE + BORN)			40	
- Agência Governamen	tal			
(BNDE)	was done note and the same that the same and the same that the thing the same and the same than		2.0	

SIDERÚRGICAS: CASOS DA USIMINAS E COSIPA

No fim da década de 50 e no início da de 60 estava em ple no desenvolvimento, no Brasil, o processo de industrialização por substituição de importações. Nesse contexto, implantaram-se um grande número de indústrias que passaram a criar uma demanda por matérias primas e insumos básicos antes inexistente no mercado brasilei ro. Em particular as então nascentes indústrias automobilística e de construção naval expandiram enormemente o mercado interno de produtos laminados planos de aço. Naquela época a Usina de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional, era a única produtora das chapas e bobinas de aço, em volume que rapidamente se tornou insuficiente para atender à nova demanda gerada por tal processo de industrialização.

Esse quadro tornou viável a implantação de dois novos gran des projetos siderurgicos, para a produção de laminados planos aço, em Ipatinga, no Estado de Minas Gerais, da Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS - e em Cubatão, no Estado de São Pau lo, da Companhia Siderurgica Paulista - COSIPA. O primeiro, concebi do por um grupo de técnicos e de empresários mineiros na segunda me tade dos anos 50, foi estruturado com a participação minoritária de grupos japoneses que aportaram recursos financeiros e de tecnologia para a concretização do empreendimento. O segundo, embora tivesse suas sementes lançadas no início daquela década - a COSIPA foi fundada em 1953 - tomou corpo e se desenvolveu a partir do mento dos financiamentos externos, predominantemente na área peia, o que foi obtido em 1959/60; sua concepção original e a liderança de seu amadurecimento nesse período, couberam a um grupo de em presários paulistas, com a participação minoritária do Governo Esta dual. Ambos contemplavam a implantação de usinas integradas, com coquerias, altos fornos, aciarias LD, e laminação de chapas grossas, chapas e bobinas, laminadas a quente e a frio, com capacidade de pro dução inicial de 500.000 toneladas por ano de aço em lingotes.

O primeiro apoio financeiro do BNDE à USIMINAS efetivou-

6.

-se em 1958 e à COSIPA em 1960, sob a forma de prestação de garantia a empréstimos externos, no valor total de cerca de US\$ 200 milhões. Logo a seguir foram concedidos empréstimos em moeda nacional e equacionada participação acionária, então ainda de caráter minoritário, para completar o esquema financeiro do projeto.

No entanto, face a alguns fatores peculiares aos projetos siderúrgicos, especialmente os de grande porte, tais como o longo tempo de maturação requerido e o elevado valor do investimento nas etapas iniciais de implantação de uma nova usina - registre-se que ambos os projetos embora objetivassem, cada um, produzir 500.000 t/ano inicialmente, tinham altos fornos com capacidade para o dobro dessa produção e laminadores desbastadores para 2.000 mil t/ano, por razões de economia de escala e de indivisibilidade de certas unidades e equipamentos - bem como devido ao processo inflacionário que então se acentuava na economia brasileira, os grupos privados nacionais que tinham o controle e vinham liderando a implantação de tais projetos não puderam mais continuar aportando os recursos financeiros necessários para concluí-los.

Nessas condições, como alternativa à paralisação das obras então em plena execução (1962), consciente da importância que tais projetos teriam para o desenvolvimento econômico do Brasil, e por determinação do Governo, o BNDE passou a aportar os recursos ne cessários sob a forma de novos financiamentos e aumentos de capital, que resultaram na assunção do controle acionário dos empreendimentos. Essa decisão possibilitou concluir a implantação da primeira etapa da usina de Ipatinga em 1964 e da usina de Cubatão no fim de 1965.

Esse envolvimento do BNDE, conquanto permitisse e assegurasse a concretização desses importantes empreendimentos, absorveu crescentemente os recursos da Entidade no período 1962/65, a ponto de representar as aplicações do BNDE em siderurgia, durante 1965, cerca de 70% do total de suas aplicações naquele ano. Todavia pode

-se afirmar que essa colaboração decisiva ao setor siderúrgico contribuiu também para que o BNDE se voltasse mais para o apoio a empreendimentos do setor industrial, evoluindo da posição de financia dor de projetos de infraestrutura (transporte e energia) que caracterizou os primeiros anos de seu funcionamento. Nos anos que se se guiram essa evolução se acentuou; concomitantemente ao crescimento do BNDE houve também uma diversificação de sua atuação, o que se mos trou extremamente oportuno em face do estágio de desenvolvimento al cançado pela economia brasileira.

A partir de 1965 o BNDE apoiou financeiramente o primeiro estágio de expansão da USIMINAS para 1.400 mil t/ano e da COSIPA para 1.000 mil t/ano. Hoje essas Empresas estão na fase final de implantação do segundo estágio de expansão para 2.400 mil t/ano e 2.300 mil t/ano, respectivamente, também apoiados pelo BNDE, bem como, em final de equacionamento o terceiro estágio de expansão, para 3.500 mil t/ano, que deverá contar, ainda, com decisivo apoio financeiro do BNDE, e estará concluido em 1978/79.

A produção das duas Empresas corresponde atualmente a cerca de 70% dos laminados planos produzidos no Brasil e a cerca de 35% do aço total aqui fabricado. Os projetos incorporam o que de ma is moderno existe na tecnologia da produção do aço e apresentam dimensão que permite realizar as economias de escala indispensáveis à conquista de uma sólida posição de competição, inclusive em termos internacionais. Para o BNDE, essa participação acionária, a valor nominal, se eleva a Cr\$ 2.777 milhões o que corresponde a cerca de 18% de seu patrimônio líquido.

Em 25.2.75

Trata-se de operações de financiamento que o BNDE efetua através de <u>AGENTES FINANCEIROS</u>, que intermedeiam o apoio financeiro do Banco as empresas, geralmente pequenas e médias, localizadas na área de atuação desses Agentes.

O Banco consegue com essa forma <u>descentralizar</u> a execução de seus objetivos, delegando a esses Agentes, mediante uma remu neração adequada, as funções de análise a acompanhamento dos projetos a serem financiados.

Esses Agentes são previamente credenciados pelo BNDE para operarem os repasses de recursos das diversas linhas de crédito disponíveis no Banco e são representados no momento por todos os bancos estaduais de desenvolvimento e uma grande parte dos bancos de investimento. Vale dizer, existem Agentes Financeiros do BNDE atuando em todos os Estados do País.

O maior e mais antigo desses Agentes é o BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, que opera nos três Estados sulinos: Rio Grande do Sul, Parana e Santa Catarina. Criado em 1961, em 1964 iniciava com o BNDE o mecanismo de repasse nesse ano inaugurado por este.

O BRDE analisa e acompanha os projetos cujos financiamentos, depois de aprovados por ele, submete ao BNDE para o repasse de recursos, segundo normas operacionais previamente contratadas entre as duas instituições.

Nos dez anos de operações dentro desse mecanismo, tem o BNDE atingido centenas de empresas de diferentes setores industriais, espalhadas pelos três Estados citados que, geralmente e na maioria pequenas, dificilmente poderiam ser apoiadas diretamente pelo Banco, face os elevados custos em que incorreria na administração desses pequenos financiamentos.

. •

Para se ter uma rapida ideia do que significa esse apoio indireto do BNDE, basta citar que, em 1974, os repasses do Banco ao BRDE representavam Cr\$ 1.167.778 mil (aproximadamente US\$ 167 milhões). Se se considera que isso representa apenas 50% do custo projetos, entrando o BRDE e os empresarios financiados com os restantes 50%, temos a ordem dos investimentos totais efetuados na região (aproximadamente US\$ 334 milhões).

Em 1975 (JAN-FEV), o BNDE ja aprovou repasses ao BRDE num total de Cr\$ 140 milhões (aproximadamente US\$ 20 milhões).

LP/dsd.

<u>.</u>

CASO DA FUNDIÇÃO TUPY S.A.

A Fundição Tupy veio ao Banco, pela primeira vez, em 1967, pretendendo pequeno financiamento para ampliação de suas instalações. Sua capacidade de produção era, então, de 15.000 t/ano, e as principais linhas eram conexões e auto-peças de ferro fundido.

Este financiamento representou o primeiro passo para um crescimento extremamente acelerado, que colocou a empresa entre as primeiras do setor.

Hoje a TUPY é, provavelmente, a mais moderna fundição de ferro do País, com uma capacidade de produção de 60.000 t em 1974, devendo duplicá-la até 1980 e introduzir uma nova linha, que é a de blocos de motores.

Esta evolução tem sido amplamente apoiada pelo BNDE, atra vés de sucessivos financiamentos, que permitiram não so o crescimen to da fundição, como também, indiretamente, o do GRUPO TUPY, que ho je constitui um conglomerado de empresas das mais diversas atividades. Assim temos, além da Fundição Tupy, as seguintes empresas:

- Tupy Guararapes S/A produção de tubos e conexões de PVC para água, irrigação, etc.
- Cia. Industrial de Fios e Armazens produção de fios e linhas de rami e poliester.
- Granalha de Aço S/A produção de granalha de aço, máquinas de limpeza de metais e peças resistentes à abrasão.
- Perfilados Tupy S/A produção de perfilados estrudados e peças fun didas sob encomenda.
- <u>Plásticos Tupininquim S/A</u> produção de embalagens térmicas, placas e painéis, etc.

11.

TUPY KELLER Empreendimentos Imobiliários S/A - dedica-se ao comércio de imóveis.

Além de permitir o crescimento e diversificação do Grupo, através de financiamentos à empresa e aos acionistas, o Banco vem estimulando a Fundição Tupy a aperfeiçoar o "know-how" que desenvolveu nos seus 35 anos de existência. Assim, por sugestão do Banco, está a empresa implantando um centro de pesquisas pioneiro no país, especificamente voltado para problemas de fundição.

.

O "POLO" PETROQUÍMICO DO NORDESTE BRASILEIRO

A capacidade brasileira de produção em industrias petroquímicas, até sua dimensão recente, foi implantada por iniciativas empresariais isoladas que se foram acumulando ao longo dos últimos vinte anos, sem grande preocupação matricial. Essa tendência, come çou a ser modificada em 1965, quando o setor passou a ser encarado globalmente e o Governo Federal estabeleceu regras e metas setoriais mais abrangentes e de longo prazo.

Em 1971, por decisão governamental, atribuiu-se a esse setor o caráter de atividade programável segundo um modelo de "matriz aberta de insumo-produto", onde a petroquímica passou a ser estimulada internamente à luz do seu estreito inter-relacionamento com o resto da economia. Assim, o atual acréscimo em curso de capacida de de produção de produtos petroquímicos foi o resultado de uma atitude programática clara do Governo Federal, em estreita articulação com o setor privado. Esse modelo de cooperação setor público/setor privado tem como pano de fundo as seguintes preocupações:

- Obter o máximo de economias de escala e de economias de aglomeração;
- promover a incorporação, pela economia nacional, de tecnologia de vanguarda;
- aglutinar o esforço e a experiência de grupos empresariais dinâmicos nacionais e extrangeiros, sob a lide rança dos primeiros.

Esse painel de política setorial está sendo aplicado com sucesso ao chamado "Polo Petroquímico do Nordeste", que compreende um conjunto de projetos de investimento localizados no Estado da Bahia, onde são desponíveis as principais matérias-primas, ou seja, petróleo, gás natural, nafta e óleo combustível.

A concepção do "Polo Petroquímico do Nordeste", portanto, tem muito a ver com essa prévia deficição de política, constituindo um complexo industrial programado para acrescentar grande capacidade de produção à já existente.

Nesse modelo a PETROQUISA-Petrobras Química S.A. (subsidiaria da PETROBRAS-Petroleo Brasileiro S.A.), empresa sob comando do setor público brasileiro, em articulação com o Ministério da Industria e do Comércio foi encarregada de constituir uma empresa (COPE-NE-Petroquímica do Nordeste S.A.) destinada a implantar as unidades principais e de maior densidade de capital.

No modelo formulado ficou estabelecido que os produtos primários da petroquímica, as utilidades e os serviços seriam produzidos em grandes unidades centralizadas (centrais), quais sejam:

- Central de Matérias-Primas: onde serão produzidos, em escala internacional, cerca de 380.000 t/ano de etileno, além de co-produtos olefínicos (propeno, butadieno) e aromáticos (benzeno, tilenos), totalizando 1,4 milhões de toneladas/ano de produtos petroquímicos básicos.
- <u>Central de Manutenção</u>: que tem o objetivo de prestar serviços de manutenção a todas as unidades do "Polo";
- <u>Central de Utilidades</u>: destinada a produzir e fornecer as utilidades às unidades do "Polo", como sejam água, vapor, energia elétrica, oxigênio etc.
- Central de Serviços: que tem por objetivo a prestação de serviços centralizados a todas as unidades do "Polo", como sejam os serviços de transporte, de segurança etc.

Dessa forma, as empresas privadas que estão implantando os projetos de "down-stream" ficam desoneradas de investimentos de elevada densidade de capital e longa maturação; de outro lado, a

14.

produção centralizada em grande escala permitirá que se alcancem custos reduzidos, beneficiando, também, as empresas privadas usuárias.

Na implantação dos projetos de "down-stream" (cerca de 32 projetos, contemplando variada gama de produtos, como sejam octa nol, butanol, metanol, óxido de propeno, polietileno, poliestireno, cloreto de vinila, acetato de vinila, isopreno, polipropileno, estireno, e muitos outros) as empresas têm caráter privado, associando empresários nacionais e estrangeiros. Nesse modelo associativo os grupos empresariais estrangeiros aportam, além de recursos financeiros, "know-how" e tecnologia, ficando aos grupos nacionais a tarefa de aportar recursos financeiros e experiência quanto à realidade nacional; para efeito de desempatar em eventuais conflitos entre os dois Grupos, introduz-se no modelo um terceiro sócio, de modo geral a PETROQUISA.

Esse esquema de implantação do complexo petroquímico do Nordeste, que se encontra na sua fase de "pique", vem exigindo investimentos estimados em US\$ 1,4 bilhão, a serem executados até 1980/82.

Trata-se de indústria mecânica que cresceu acentuadamente nos últimos 8 anos, depois que recebeu financiamento para a sua expansão e relocalização de suas instalações.

A empresa busca diversificar-se através da criação ou da associação com outras empresas, que se resumem, como segue:

- MATRIZ BARDELLA S/A indústria fabricante de bens de capital sob encomenda, principalmente equipamento hidre létrico, siderúrgico e de movimentação de pesos. Aguarda-se novo projeto de expansão de suas instalações para ser financiado.
- ASSOCIADAS- PRENSAS SCHULER S/A fabrica prensas para a industria automobilística, sob associação minoritária da empresa homônima alemã. Está terminando a instala ção de seu projeto com financia mento direto à mesma e à BARDELLA, para subscrição de capital social.
 - BSI Industrias Mecânicas S/A fabricará equipamentos hidromecânicos, dispondo de laboratório apropriado, podendo produzir, também, equipamentos petroquímicos.

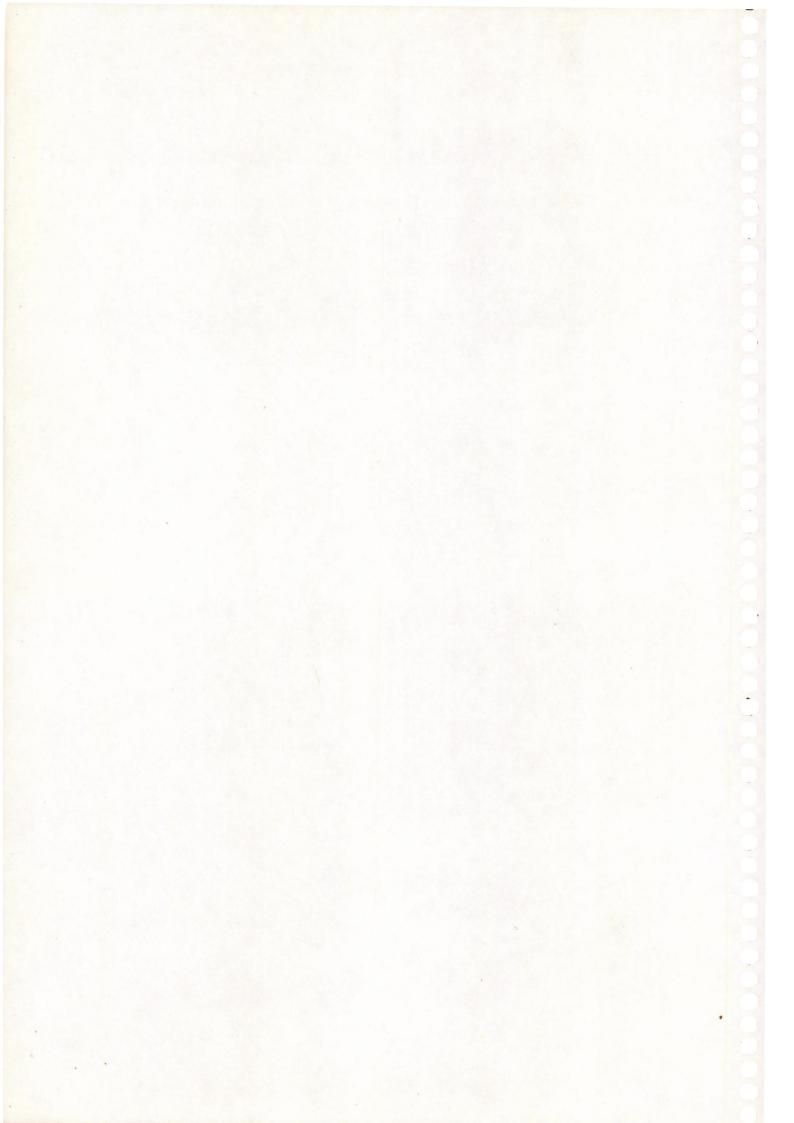
 Tem associação minoritária da SOREFAME Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, de Portugal.

 Está em implantação o projeto de suas instalações, com financia mento direto e à acionista BARDEL
 - Outros empreendimentos são cogitadas outras inversões em atividades no mesmo setor, de indústrias mecânicas, cujos projetos se aguardam.

16.

Esse tipo de apoio permitiu que a BARDELLA:

- a) crescesse a um ritmo mais elevado que seria admitido com os critérios convencionais de então;
- b) formasse um conglomerado de várias empresas, diversificando suas atividades dentro do setor mecânico.



Operação ARTEX-GARCIA

ARTEX S/A. é empresa tradicional fabricante de toalhas (felpudos) com ótimo sucesso na operação industrial e comercial. Sua atividade industrial é integrada: fiação, tecelagem, e acabamento, adotando equipamentos e métodos modernos.

Empresa Industrial Garcia S/A. operava fábrica mais antiga, ao lado da fábrica da ARTEX, explorando a linha de toalhas e também de roupa de cama e mesa.

Artex foi financiada pelo BNDE em várias etapas do seu de senvolvimento. Garcia, como resultado de divergências entre grupos de acionistas, não se modernizou progressivamente. Em 1972, sua posição no mercado havia, por isso, se tornado muito vulnerável e sua diretoria resolveu empreender um plano de modernização e reorganização, que foi apresentado ao BNDE para financiamento.

Ao analisar o plano da Garcia, a equipe técnica do BNDE verificou que havia complementaridade comercial entre os produtos da Garcia e da Artex, o que, além da proximidade física das duas fábricas, recomendava, como melhor solução para a Garcia, a sua fusão com a Artex.

Os dirigentes da Garcia, por naturais rivalidades entre vizinhos do mesmo ramo recusaram a sugestão e o BNDE decidiu por financiar o seu plano independentemente da fusão.

A execução do plano, entretanto, por rivalidade — agora entre grupos de acionistas — não correu bem e o BNDE se viu forçado a suspender os desembolsos do emprestimo.

A solução para o impasse — como seria natural — foi a integração com a ARTEX. Para isso, o BNDE financiou a firma "holding" da Artex para adquirir a maioria acionária da Garcia. Poste riormente foi feita a incorporação da Garcia pela ARTEX que, des te modo, à posição de uma das principais empresas brasileiras no setor textil, com um faturamento de cerca de US\$ 80 milhões/ano.

•

BRASIL EM NUMEROS

,

O BRASIL EM DEZ ANOS

1964/1973

A REGADOS MACROECONÔMICOS	1964	1973	AUMENTO 1974/1964	TAXA GEOMETRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
I 3		·		
Cr\$ bilhões de 1973	194,2	392,4	202 %	8,1 %
US\$ bilhões	31,7	64,1		
P^PULAÇÃO (em milhares)	78.208	101.520	130 %	3,0 %
P'B PER CAPITA	* 2			
Cruzeiros de 1973	2.483,1	3.865,2	156 %	5,1 %
US\$	405,3	631,0	ar a	
i JDUÇÃO INDUSTRIAL				
bilhões de Cr\$ de 1973	35,8	127,3	356 %	15,2 %
US\$ bilhões	5,8	20,8		

T XA DE CÂMBIO CR\$ 6,126/ US\$

,

-			
		TAXA DE CRESCIMENTO	TAXA DE CRESCIMENTO
	ANOS	DO PIB (%)	INDUSTRIAL (%)
	1964	2,9	5,2
	1965	2,7	4,7
	1966	5,1	11,7
	1967	4,8	3,0
	1968	9,3	15,5
	1969	9,0	10,8
	1970	9,5	11,1
	1971	11,3	11,2
	1972	10,4	13,8
	1973	11,4	15,0
			g: a a

Brasil - Produção Industrial

	el.			
PRODUTOS	1964	1974	AUMENTO 1974/1964	TAXA GEOMĒTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
Aço em Lingotes (1.000 t)	2.016	7.493	372%	14,0%
Laminados (1.000 t)	2.236	6.172	276%	10,7%
Ferro Gusa (1000 t)	2.449	5.714	233%	8,8%
Coque (1.000t)	912	1.764 x	193%	28,9
Petroleo Bruto (1.000m ³)	5.296	10.471 x	198%	7,1%
Gas Natural	532	1.481 x	278%	10,7%
Gasolina "A" (1.000m ³) (1)	5.563	12.349 x	222%	8,3%
$\tilde{0}$ leo Diesel (1.000 m^3) (1)	3.622	11.003 x	304%	11,8%
δ leo Combustível (1.000m ³)(1)	6.247	11.147 x	178%	26.5
Veículos (Unidades)	183,735	877.458	478%	16,9%
Tratores (Unidades)	11.537	43.557 x	378%	14,2%
Cimento (1 000 +) (2)	5.583	14.164 x	254%	28,6
Borracha Sintética (t)	32.496	153.360 x	472%	16,8%
Energia Elétrica (1.000.000 kwh) (3)	29.094	55.497 x	191%	6,7%
Pessoal ocupado na Indústria de Transfor mação (Índice 1964 = 100)	100	157	157%	79.4

⁽¹⁾ Produção da Petrobrás

⁽²⁾ Cimento Portland comum e alto forno

⁽³⁾ Rio-São Paulo Light, CHESF, CEMIG, CESP E FURNAS

x Estimativa

INDICES DE PREÇOS (1964=100)

	1964	1974	TAXA GEOMETRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
CUSTO DE VIDA	100	1.142	28,0%
PREÇO POR ATACADO (OFERTA GLOBAL)	100	1.037	26,5%
PRODUTOS AGRICOLAS	100	1.145	28,0%
PRODUTOS INDUSTRIAIS	100	1.001	26,0%
CUSTO DA CONSTRUÇÃO (GB)	100	1.279	29,0%
CÂMBIO (Cr\$/US\$)			
MERCADO LIVRE	100	535	18,3%

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MOEDA, CRÉDITO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	1964	1974	AUMENTO 1974/1964	TAXA GEOMETRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
Monda e crédito (saldo em fim de período)			·	
M os de pagamento (US\$ milhões)	7.836	17.847	227,8	8,6 %
Empréstimo do sistema monetario(US\$ milhões)	4.289	22.897	533,9	18,3 %
D osito (US\$ milhoes	2.685	18.221	678,6	21,5 %
Tesouro Nacional				
R eita (US\$ milhões)	1.675	11.304	674,9	21,2 %
Despesa (US\$ milhões	2.248	10.733	477,4	16,9 %
D-ficit (US\$ milhões)	573	571	99,7	
			0	

17-1 DE CÂMBIO: 1964 - Cr\$ 1,271/ US\$



SETOR EXTERNO - 1964/1973

		Annessed Spinstern September 1980 and the second	The state of the s	Personal State of the Control of the				The state of the s	The state of the s	
	1964	1965	1966	1961	1968	1969	1970	1971	1972	1973 (*)
Balanço de Pagamentos (US\$ milhões)	7	331	153	245	32	549	545	530	2.439	-2.179
Balança Comercial	344	655	438	213	26	318	232	-341	-244	7
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões - FOB)			•					,		
Cafe	759,7	9,907	764,0	710,2	774,5	779,2	939,3	772,5	989,2	1.234,3
OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS	282,1	309,4	379,0	312,9	385,5	574,4	485,2	653,7	786,1	1.244,7
Minerais e outros produtos agrícolas não tradicionais	129,1	221,4	229,6	217,8	268,6	350,4	537,3	630,8	814,0	2.259,0
Bens Manufaturados	. 204,5	283,7	292,8	342,9	380,5	495,0	665,0	821,9	1.196,0	1,466,0
Total	1.429,8	1.429,8 1.595,5	1.741,4	1.654,0	1.831,3	2,311,2	2.738,9	2.903,9	3,991,0	0,661.9
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões - FOB)										
Petroleo em bruto	170,0	156,4	165,8	153,6	204,0	203,8	236,1	326,9	409,2	9,489
Trigo	210,0	135,9	142,3	153,2	153,7	134,8	103,8	106,8	121,9	299,2
Maquinas, seus pertences e acessórios	241,0	244,3	381,3	354,0	659,4	774,9	800,0	1.034,5	1.493,7	1.659,0
Metais e suas manufaturas	131,0	155,1	181,7	191,0	299,0	366,0	461,5	475,9	504,2	637,8
Total	1.086,0	0,176	1,303,4	1.441,3	1.441,3 1.855,1	1.993,2	2.506,9		3.247,4 4.232,3	6.074,8
		With the second	Phase you do not have been properly and the second		Proposition of the Proposition o	Management of the Constitution of the Constitu				the state of the s

* Estimativa

	CA DE ANUAL															
	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL		18,5%	-24,0%	30,5%	6,4%	-8,4%	22,0%	20,0%	5,7%		27,0%	-1,0%	11,7%	23,0%	
	AUMENTO 1974/1964		244%	-120%	1.438%	185%	-42%	733%	616%	174%		1.093%	-91%	301%	793%	
COMERCIO EXTERIOR	1974(*)		7.778	12.410	2.937	139	. 06	1.855	59.937	1.452	,,	11.874	2.373	32.512	2,418	
	1964		1.430	14.946	204,3	75	217	253	9.730	833		1.086	2,609	10.803	305	
		EXPORTAÇÃO:	Total (US\$ 1.000.000) FOB	Cafe (1.000 sacas)	Produtos Industrializados (US\$ 1.000.000)	Cacau em Amêndoas (1000t)	Algodão em Ramo (1.000t)	Açücar (1.000t)	Minério de ferro (1.000t)	Minério de Manganês (1.000t)	IMPORTAÇÃO:	Total (US\$ 1.000.000) FOB	Trigo (1.000t)	Petroleo Bruto (1.000t)	Maquinas (US\$ 1.000.000)	

(*) Estimativa

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA: 1979

	1974 (*)	INDICADOR PARA 1979	AUMENTO NO PERIODO %	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
Produto Interno Bruto (PIB) Cr\$ bilhões de 1975 US\$ bilhões	785 78	1.264	161	10,0%
População(milhões)	104,2	119,7	. 115	2,9%
PIB per capita Cr\$ mil de 1975 US\$	7,5	10,5	140	7,0%
Investimento Bruto Fixo Cr\$ bilhões de 1975 US\$ bilhões	196	316	161	10,0%
Produto Industrial Cr\$ bilhões de 1975 US\$ bilhões	212	374	176	12,0%
Emprego Industrial (milhões)	6,1	8,1	133	26,5
Exportação de Mercadorias (US\$bilhões)	ω.	20	250	20,1%

*Dados Estimados

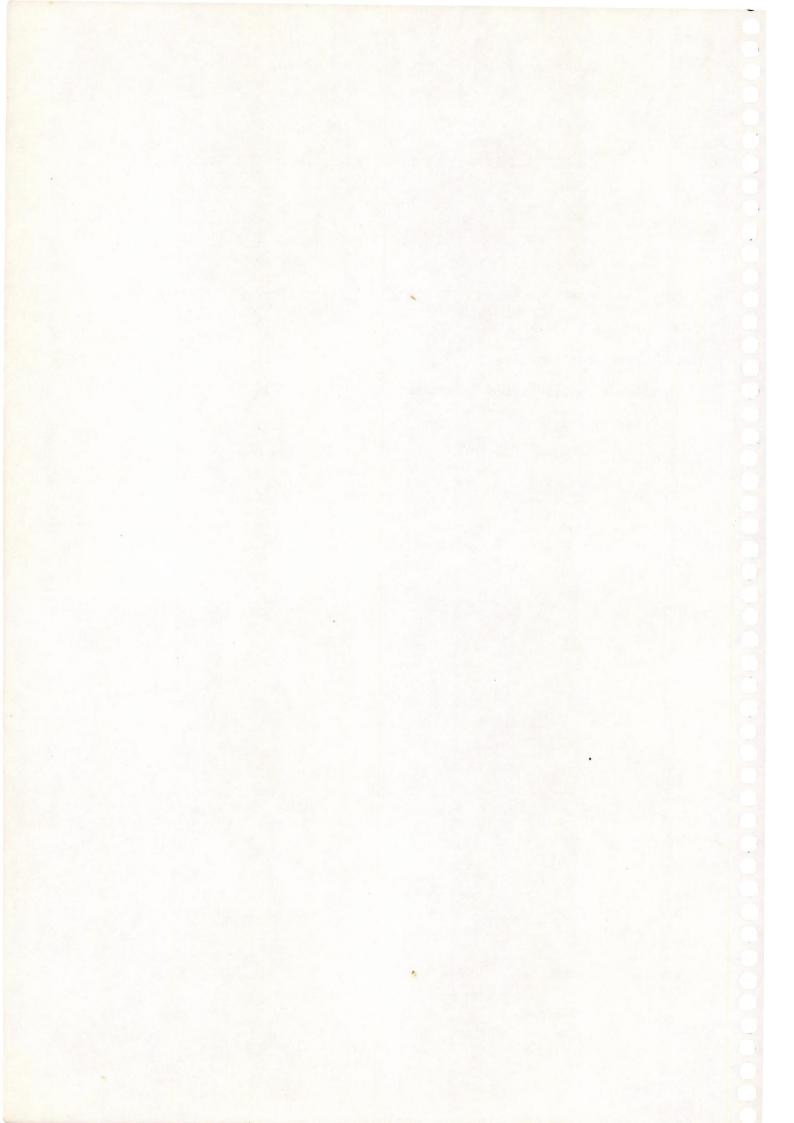
Taxa de Conversão Cr\$/US\$ = 6.776, estimada pelo IPEA

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SÍNTESE DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS NO PERÍODO 1975/1979

PROGRAMAS	CR\$ BILHÕES DE 1975	US\$ BILHÕES
Valorização de Recursos Humanos	267,0	33,3
Integração Social	384,0	47,9
Desenvolvimento Social Urbano	110,0	13,7
Infra-Estrutura Econômica	439,4	54,8
Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico	22,0	2,7
Industrias Basicas	255,0	31,8
Agropecuaria	105,0	13,1
Integração Nacional	165,0	20,6
		7 S

Taxa de Câmbio Estimada: Cr\$ 8,02/US\$



BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA NO PERTODO 1975/1979

S E T O R E S	Cr\$ bilhões de 1975	US\$ Bilhões
ENERGIA	255,0	31,8
ENERGIA ELÉTRICA	198,0	24,7
PETRÓLEO, CARVÃO E GÁS (Exclusive Petroquín	nica) 57,0	7,1
TRANSPORTES	134,4	16,8
PROGRAMA FERROVIÁRIO	28,0	3,5
PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO NAVAL	23,0	2,9
PROGRAMA RODOVIÁRIO	33,0	4,1
PORTOS	9,0	1,1
TRANSPORTE AÉREO	7,4	0,9
OUTROS (Inclusive Transporte - Urbano)	34,0	4,3
COMUNICAÇÕES		
Telefonia Urbana, Interurbana e Internacion	nal,	
Correios e Telegráfos e Outros	50,0	6,2
тотаь	439,4	54,8
тотац	439,4	54,8

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INVESTIMENTO EM INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA NO PERÍODO 1975/1979

S E	T O R E S	Cr\$ Bilhões de 1975	US\$ Bilhões
Noustria (Inves	timento Total Estimado	300	37,4
idustrias Bas	icas (Total Estimado, Inclusive		
	Setor Privado)	254	31,7
Siderurgia e	Metalurgia	90	11,2
Material de	Transportes	4 3	5,4
- Mecânica, Ma	terial Eletrico e de Comunicações	36	4,5
Química		59	7,4
- Minerais Não	-Metálicos, Celulose e Papel	26	3,2
N USTRIAS BÁSIC	AS - Investimentos Coordenados pelo		
	Governo (Inclusive em Extração		
	Mineral)	108	13,5
C.OPECUÁRIA		105	13,1
astos do Seto	r Público (Inclusive Governos	0	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Estaduais	56	7,0
Gastos do Gove	rno Federal	42	5,2
poio Financei	ro Oficial (So Recursos Novos)	49	6,1
·			

)

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS - INFRA-ESTRUTURA

**************************************	A person of the second of the	e particulario e de coloque de la como de Agones de presión particular de servicio de popular de principio de particolo de		
SETORES	1974	PREVISTO PARA 1979	AUMENTO NO PERÍODO	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
ENERGIA ENERGIA ELÉTRICA - Potência Instalada (milhões kw) - Consumo (bilhões kw/h)	17,6 61	28,0 107	159% 175%	9,7%
EO acidade de Refino (mil b	1.020	1.650	162%	10,1%
investimento em Exp. vimento da Produção Investimento Total SPORTE	3,2	1,07,0	364% 215%	29,1%
OVIAS Rede Rodoviário Federal Pavimentada(mil Rede Rodoviária Federal Implantada e Não	Km, 41,2	63,0	153%	8,9%
ntada (mil Km)	33,5	45,8	137%	6,5%
1 1 4	1,6	3,5	224%	17,5%
Total da Frota (m Total da Frota de	4.205	9.438	224%	17,5%
al da Frota de Navegação Inter		0	0	0,
(mil tpb) Petroleiros (mil	1.297		249%	20,0%
rros (mil tpb) (mil tpb) (xx)	∞ r-1	∞ 4	11	1, 1 5, 1
Sistema Basico de Telecomunicações - Canalização (milhões de Canais de Voz x Ki			57	8,0
ao Telefônica (mil troncos)		123	308%	25,0%
- Via Satélite (Canais de Voz) - Via Cabo Submarino (Canais de Voz)	192	777	231%	18,2%
de Nacional de Telex stema Telefonico Urb) r-1	100	0 00	ບ ເ ວ ້ ເ
nterurbano - - Telefones (milhões)	2 . 8	α 	289%	23.1%
ircuitos	•	^ 10	12%	4,1%



KA-ESIKUTURA
N.
-
I
SUCIALS
بد,
ECUNOMICO
LNDICADORES

SETORES	1974	PREVISTO PARA 1979	AUMENTO NO PERÍODO	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
ENTO TECIMENTO opulação orcentage	39,7	60,3	152%	8,8%
SERVIÇOS DE ESGOTOS - População Urbana Servida (Milhões - Porcentagem da Pop. Urbana Servida	17,7	33,7	190%	13,7%
NANCIAMENTO DE UNIDADES HABITACIONA LO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (No Ano (milhares de Unidades) Acumulado (milhões de Unidades)	209	383	183% 225%	12,9%
EDUCAÇÃO (Numero de matriculados em milhões) ENSINO DE 1º GRAU	•	•	26	00
2º GRAU SUPERIOR	1.,7	2,5	147%	8,0%
e atendida	8 5	103	121%	3,9%
EDENCIA SOCIAL (POPULAÇÃO UIDANA SEGUIAO em milhões)		20	133%	5,9%
GONDO DE GARANITA DO LEMFO DE SERVIÇO (AFFECA ABÇão acumulada em US\$ milhões) AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	4.738	12.219	258%	21,0%
, arroz,trigo,feijão es de ton.)	30.	45	150%	8,5%
- Oleaginosas (algodao, amendoim, soja, mamon em milhões de Ton.)	10	16	160%	26.6
ertilizantes (mil t) efensivos (mil t) ementes melhorada e sementes de Alg) 1,6	3,1	194% 222%	14,2%
tata-inglesa, reijao, mandiota, soj igo) atores em operação (mil unidades) ções (milhões de t)	40 254 5,7	50 510 11,0	125% 201% 193%	4,6% 15,0% 14,1%
ELEIKIFICAÇÃO KUKAL - Linhas Construidas (mil Km) IRRIGAÇÃO PŨBLICA E PRIVADA (mil ha)	11737	114	1.036%	59,0%



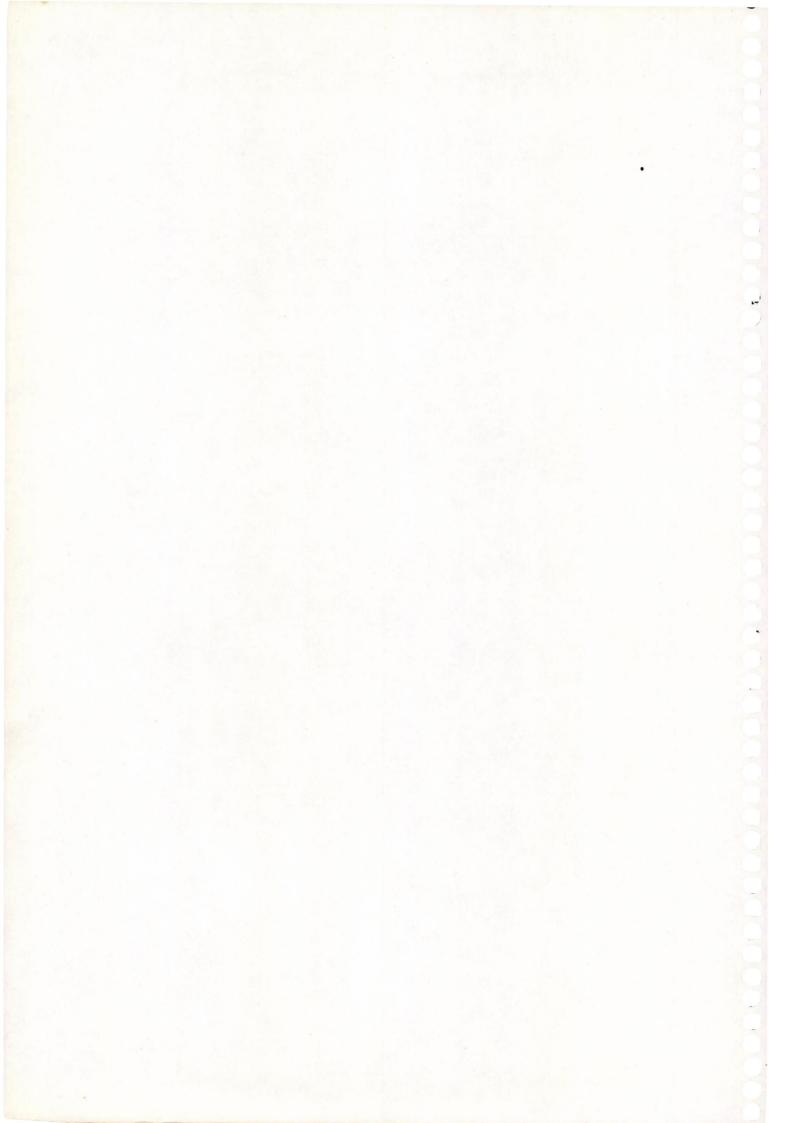
INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS - INFRA-ESTRUTURA

		1 1111	11110 10111	
SETORES	1974	PREVISTO PARA	AUMENTO NO PERÍODO	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
ZENAGE ZENAGE ZAIS D	23	28	122% 183%	4,1% 12,9%
TECNOLOGICO DISPENDIOS TOTAIS (Cr\$ Bilhões de 1975 (US\$ Milhões)	3,1	5,3	171%	11,3%
- Produção Total (mil t) - Maquinaria Mecânica e El	2.000	3.400 1.603	170%	11,2% 12,4%
Construção Naval (mil Material Ferroviário (DERURGIA E METALURGIA (787	1,20
go em Lingotes aminados planos e perfis pes aminados não planos e aços E lumínio	8600 4100 4600 120	22.300 13.100 8.300 190	259% 320% 180% 158%	21,0% 26,0% 12,5% 9,6%
osinias basica - Cobre - Zinco UÎMICA (Cap. i	7	516	00	3,1
Acido Sulfuri Soda Caustica Cloro	200	.38	44 56 79	0,0,
- Fertilizantes (NPK) - Resinas Termoplásticas - Fibras Artificiais e Sintéticas - Flastômetros Sintéticos	585 408 176	1.199 891 253	205% 218% 143%	15,4% 16,9% 7,4%
Detergentes Sintéticos (em DDB) Eteno Amônia	のなりも	ンアユト	78 09 15	1000
- Cimento - Cimento - Celulose - Papel	t)(x) 17.130 1.547 2.267	26.190 2.860 2.900	153% 185% 122%	8,9% 13,1% 4,1%

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS - INFRA-ESTRUTURA

SETORES	1974	PREVISTO PARA 1979	AUMENTO NO PERÍODO	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
MINERAÇÃO PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO (Milhões t) EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO (Milhões t)	77 09	138 98	230%	18,1% 17,4%
hões 1975) hões)	304	. 099	217%	16,8%
				á

BNDE EM NÚMEROS



BNDE — OPERAÇÕES DE PRESTAÇÕES DE AVAL SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA — 1952/1974 ... (equivalência em US\$ mil) (1)

				8/	114	co		AI	CIC) N.	AL		0	ט	ES	EN	VC	124	IM	EN	ITC)	EC	Or	MOI	10
1AÇÃO	OUTRAS ATIVIDADES (2)		ı	1	l	1	4.129	5.573	•	535	1.087	1	61	21	82	266	ı	403	192	918	937	2.192	1	5.918	1.800	
DE TRANSFORMAÇÃO	SUBTOTAL		ı	2.178	ı	3.228	2.734	23.152	.62	.63	10.622	28.669	3	6.427	322	39.770	15,432	3.997	7.	89.391	9.4	71.903	21.612	59.238	197.962	
INDÚSTRIAS I	OUTRAS		1	1	ı	3.228	2.734	16.682	10.829	11.781	6.751	299	20.333	2.000	322	402	13.232	0	4.759	7.931	.74	32,313	3	41.810	174.373	
II	SIDERURGIA		1	2.178	ı	1	ı	6.470	155.797	124.849	3.871	28.370	1	4.427	1	39.061	2.200	686	2.000	81.460	3.687	39.590	1.47	17.428	3.5	
PÚBLICA	SUBTOTAL.		1	ı	7.133		2.0	1.7	2	∞	38.460	-	47.139		2.077	15.087	8	40.042	1.	21.512	∞	24.736	70.431	ı	154.742	anathy.
LIDADE	ENERGIA ELÉTRICA		ı	1	6.840	3.5	22.548	0	2,255	23.924	4.535	34.167	3.293	4.307	2.077	2.394	2.228	1.614	1	766	310	1.056	7.575	1	1	
SERVIÇOS DE UTI	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		!	1	9	.90	0	90.	9.89	.92	.92	1	43.846	1	1	2.69	6.60	8.42	2.71	0.51	2.52	23.680	2.85	ı	154.742	
	ТОТАГ		1	17	13	.67	48.954	.86	96.6	3.01	0.16	2.83	7.53	75	2.48	5.42	.26	4.44	99.6	1.82	3.20	.83	2.04	5.15	4.52	
	A N O S	L	3	95	95	95	1956	95	95	95	96	96	96	96	96	96	96	96	96	96	16	97	97	97	97	react

(1) Operações de prestação de aval em nome próprio e em nome do Tesouro Nacional.

(2) Inclui mineração, agropecuária, indústria de alimentação, abastecimento, ensino, pesquisas e outras atividades.

7

ì

EVOLUÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA DO BNDE E FINAME APROVADA EM BENEFÍCIO DOS SETORES PÚBLICOS E PRIVADO-1952/1974

TO SEE SEE SEE SEE SEE SEE SEE SEE	principal de la companya de la comp	The sender live	~~~	,		CC		. 4.7.4	- C		AL		-	LJ		EN		100			410				MOMI
	TOTAL	Co. (Company) (自分の) できない (Company)		1	3	20.672	10	89.865	209.983	163.011	16	83	67.533	10.755	2.484	55.423	44.268	44.442	999.68	111.821	93.200	98.831	92.043	5.15	354.522
PRESTAÇÃO DE AVAL (equiv. em US\$ mil)	SETOR PRIVADO (2)	en offst staden gegen generaliste for den staden den den staden den staden generaliste gegen generaliste den s		2.178	567	6.058	2.734	31.255	22.121	6.720	44.540	l	42.373	2.000		•	39.627	•	31.209	19.417	80.214	33.166	. 19.877	62.571	333.272
	SETOR PÚBLICO (1)				6.566	14.614	46.220	58.610	187.862		9.	2.8	25.160	8.755	2.484	41.778	9	8.889	•	2	12,986	5	•	2.585	21,250
	TOTAL		101.1	,	•	2.593	•	•	7	10.816		•		43.722	03.	356.029		752,687	990.389	1.348.795	1.864.560	.217.	4.869.950	7.508.078	20.340.838
EM MOEDA NACIONAL (Cr\$ mil correntes)	SETOR PRIVADO (2)	1		163	289	593	313	.84	1.647	9.	1.230	4.	.15	0	0	116.109	2.4	4.6	536.419	7.4	.218.8	22.0	.80	.475.79	13.609.867
	SETOR PUBLICO (1)	0	. 10	•	2.709	2.000	0.410	6.854	.67	7.135	3.6	3.04	5.04	0	.60	CI	308.819	493.262	453.970	541.346	645.752	.095.55	1.062.625		.730.97
ANOS		C C	7	95	95	95	95	95	95	95	96	96	96	96	96	1965	96	96	96	96	97	97	16	97	97

(1) Inclui órgãos da administração pública direta e indireta, bem assim empresas com participação do Governo (indústria siderúrgica, de petróleo e outras, serviços de transportes, energía elétrica, armazenagem, etc.). (2) Inclui os totais das operações de repasses a Agentes oficiais e privados dos diversos Programas do BNDE, bem como o valor global das operações da FINAME.

EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES EM MOEDA NACIONAL APROVADAS, SEGUNDO AS ATIVIDADES FOONÔMICAS BENEFICIADAS - 1952/1974

пантіст з ф. у сточняє назатецівать дія верененти. В А.	TOTAL	CO	1.486	99	2.593	6.723	8.701	.32	10.816	14.913	25.473	.19	.72	03.6	78 356.02	19 531.25	53 752.6	41 990.38	90 1.348.7	78 1.864.56	83 3.217.59	71 4.869.9	1 7.508.07	3 20.340.83
TOTAL	受へ	1	1	1	l some	1	I	1	I	l contract	1	1	1) motions	1.6	3.6	11.8	23.5	5.5	61.6	61.5	.159.4	70.4	.455.9
TOTAL	BNDE (4)	1.181		.99	5	.72	8.701	2.32	0.81	4.91	5.4	26.196	3.72	03.64	314.315	57.63	40.83	.84	1.103.205	.502.	2,456.007	.710.47	.537.64	16.884.905
OUTRAS	ATIVIDADES (3)	ı		47	97	289	278	5	4	55	771	1.106	785	728	-	137.541	2,30	6.40	879.093	1.2		.63	2.164.156	•
TRANSFORMAÇÃO	SUBTOTAL	1	3	233	0	9	2.144	6.424	5.163	.84	.95	18,993	40.221	.80	7		404.177	33.11	09.83	905.388		.524.40		2
DE	OUTROS (1)		230	20 8	172	4	1.554	.38		1.805	.48	2.916	4.830	.56	3.9	2.34	31.22	86.08	2.83	59.36	.209.86		3.998.991	.340.69
INDÚSTRIAS	SIDERURGIA	1	!	25	24	77	290	3	709	,04	647	16.077	5.39	.24	43.	2.15	72.95	7.03	0	4	422.500	•		
PUBLICA POR LICE	SUBTOTAL	00	-	.71	2,35	5.54	6.27	5.54	5.51	2.01	15.74	9	.71	21.109	.07		85.64	52.67		46.27	15.10	60.56	792.180	6.9
5 6	OUTROS (1)	1	1	1	1	1	ı	1	ì	1	1	1	1	1	ı	1	1	6.0	125.500	.2	102,300	13.800		298.405
S DE UTILIDADE	ENERGIA ELÉTRICA	1	372	403	1.33	199	4.64	5.54	3.5	1.36	15.52	6.0	2.11	21.109	.92	64.297	183.700	8.38	40.735			9	135.000	0
SERVIÇOS	TRANSPORTES		857	.310	17	.883	1.630	1	9	979	22	I .	009	1	150	I	1.944	08.28	, 4	35.35			∞	2.617.211
	ANOS	. 17	1953	5	95	5	5	5	95	96	96	96	96	96		96	96	96		16	0	16		97

(1) Telecomunicações Infra-Estrutura de Parques Industriais e Abastecimento de Gas

(2) Exclusive Indústrias de Alimentação.

Abrange Mineração e Pesquisa Mineralógica, Agropecuária, Indústria de Alimentação, Abastecimento Ensino e Pesquisas Tec nico-Científicas e outras atividades. 3

(4) Valor global das operações aprovadas através da FINAME.

OPERAÇÕES EM MOEDA NACIONAL APROVADAS PELO BNDE, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS -- 1964/1974

ALIDEL RECEIVANDE ALIDERROMANIA REALIDRA ALIDERROMANIA RECEIVANDE SE PROPERTORIO PER LE RECEIVA DE LA PROPERTORIO PER LE RECEIVA DE LA PROPERTORIO PER LE RECEIVA DE LA PROPERTORIO PER LA PERTORIO PER LA PROPERTORIO PERTORIO PER LA PROPERTORIO PERTORIO PERTORIO PER LA PERTORIO PERTORIORI PERTORIO PERTORIORI PERTORIO PE		OTLONIC		UTOT III	י פטס	101/406	Trester May a College of the College	Exicactive Guident Fund Sir et al. The area	(Cr\$ mi	lhões	correntes)
ATIVIDADES BENEFICIADAS	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
IDADE I	32,6		4.3	85,6	352,7	385,7	446,3	415,1	9.098	0	3.307.0
	32,6	3,9	J.C.	1	88	40	24	(1)	169,6	135,0	391,
Portos e Navegação	erdenoenwo	I	ı	1	51,3	36,5	71,2	89,3	82,0	1	
· Ferroviario	I	enan away	I	l	9		171,2	79,8	36	227,6	2.204,0
Rodoviário	T. Santakura	1	1	0,1	7, 19.	2	92,9		∞	29	4,
Aeroviario	The pass	I	1	Pudisheri 	l	I		1		1	20,0
	l l	0,2	I	turiziuti ed	56,0	99,5	71,3	94,3	13,8	0	198,0
as	1	1	l	l	i	I	I	1	i i	•	I dervisor
Infraestrutura de Parques Industriais	Proprioration	1	l	- tanketisk	l	26,0	15,0	8,0		30,0	100,0
Mineração e Pesquisa Mineralógica	Contraction of the Contraction o		econtrict a literal to	l	18,6	4,0	3,2	3,4	81,1	16,1	318,0
Indústrias de Transformação	17,1	297,2	5	404,2	343,1	8,609	905,5	1.632,5	2.524,4	0	12,469,6
Celulose e Papel	I .	0,5	3	-	97,5		6,		6,74	187,0	.63
Produtos Químicos e Afins	2,5	•	6/	•	7,4	43,5	278,4	309,2	∞	89,	9
	TOS EMBERS	1	9°4	0,7	2	95,1			6	34,	.034,
	8,7	2	Ų	3	116,6	181,9			4	4	.518,
la, Exceto Elet	0,7	10,9	3,4	0,	13,9	25,2	-	28,7	57,1	117,4	9
	2,6	•	9	6,4	13,2	16,5	31,8	5,7	14,1	39,5	0
de Transportes	0,1	•	0	9	5,5	13,8	3,1		45,0	270,5	2
	979246224	•	65	2	15,3				•	131,7	355,1
Madeira e Mobiliario	l Antonios	0,		•	T,3		16,7	4,7	2,	9	50
Outras Industrias	0,7	19,0	32,0	47,0	51,3	86,1	225,0	391,6	1.143,8	993,1	2.303,6
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	0,0	4,1	4,3	7,3	18,9	53,9	92,8	296,6	193,6	506,3	639,5
Ensino e Pesquias Tecnico-Científicas	l manufacture	6,8	3,5	43,7	31,4	47,6	51,8	106,5	76,0	243,7	92,6
Outras Atividades	0,1	i	1	agrander rescu	2,1	2,2	3,2	2,0	7,8	13,7	58,3
SUBTOTAL	50,6	314,3	457,6	8,049	766,8 1	.103,2	1.503,0	2.456,1	3.710,5	5.537,7	16.885,0
FINAME		41,7	73,6	111,9	223,5	245,6	361,7	761,5	1.159,5	1.970,4	3.455,9
TOTAL	50,6	356,0	531,2	752,7	990,3 1	.348,8	1.864,6	3.217,6	4.870,0	7.508,1	20.340,9
- THE PRINTED PROPERTY AND ADMINISTRATION OF THE PROPERTY ADMINISTRATION OF THE PROPERTY AND ADMINISTRATION OF THE PROPERTY ADMINISTRA	The second secon			A MARIOLINIA CONTRACT			1000年には最近地である。	STACK SEMANTALIAN SIMPRISE BANKEYO.	Carolina Share Additional distribution of the	SCHOOL STATE OF SCHOOL STATE STATE STATE SCHOOL STATE	

FONTE: BNDE.



FINAME

I 31 L I 0 C & 20 3.
Valores em Cr\$ 1.000,00

						See
	197	2 (*)	197	7 3 (*)	197	7
SETOR INDUSTRIAL	TOTAL	PERCEN TAGEM	TOTAL	PERCEN TAGEM	TOTAL APROVADO	PERCEN TAGEM
Extração de Minerais	7.	0.7	4.29	0,7	2.05	
	53.741	9,4	89.231	4,5	125.964	3,7
ica	9.		5.36	10,4	2.71	•
Mecânica	3.0		1.25	2,0	28.67	
Material Elétrico e de Comunicações		0,5	1.01	0,5	2.88	•
	rJ.		0.27	1,5	2.47	
Madeira	0	•	9:36	1,4	4.69	
Mobiliario	3	•	3.66	0,1	8.15	0,2
Papel e Papelão	4	2	.19	1,7	5.66	•
Borracha	0	•	2.72	1,1	69.	•
Couros e Peles e Produtos Similares	2.4	•	.98	0,1	1.97	
	n.	9	.73	1,1	4.57	3,9
Produtos Farmaceuticos e Veterinários	723	•	0	0,0	.10	0
a, Sabões e	-	•	4.35	0,2	1.51	•
Produtos de Material Plastico	w.	•	.45	1,6	00.	
Textil	1.1	•	9.90	4,0	6,49	•
	2.3	0	4.17	0,2	5.95	•
Produtos Alimentares	0	w.	88	7,0	.16	•
Bebidas	8	•	9.86	2,0	0.11	•
	919	*	5	0,0	. 20	•
Editorial e Graficas	8	•	44.	0,1	.88	0,1
Diversos	1.7	•	2.76	0,1	6.59	0
Transportes	289.224	•	21	28,7	8.30	37,6
Construção	44.5	6	83.45	4	77.10	•
	10	. 0	6.72	8,0	69.9	•
e Saude	244	9	∞	0,0	722	•
Educação, Cultura, Informação e Diversão	m	•	-	0,0	30	•
0	2.088	0,1	1	1	62.941	•
Processamento de Dados	1	1	16	0,0	0	
Utilidade Publica	1.738	0,1	75.685	•	298.107	9,8
Bancario	1	1	1	1	0	
	1	1	15	•	8.768	•
	1.837	0,1	692	0,0	00	
SO	-		-	•	8.626	0,2
Outros	1	1	1	1	0	•
T O T A L	1.159.471	100,0	1.970.431	100,0	3.455.933	100,0
		-			SALES OF THE PROPERTY OF THE P	Andrewson and the supplemental

(*) Dados provisórios devido reclassificação setorial.

1972/1974



